

VANESSA SÁ LEAL

**PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO
AOS ESCOLARES: PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E PROGRAMA
DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
(PETI) – GAMELEIRA - PE**



**RECIFE – PERNAMBUCO – BRASIL
MARÇO DE 2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



VANESSA SÁ LEAL

**PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO AOS
ESCOLARES: PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E PROGRAMA DE
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)
GAMELEIRA - PE**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Nutrição, com área de concentração em Saúde Pública.

Orientador: Pedro Israel Cabral de Lira
Co-orientador: Sônia Lucia Lucena Sousa de Andrade

RECIFE – PERNAMBUCO – BRASIL
MARÇO DE 2007

Leal, Vanessa Sá

Programas governamentais de atenção aos escolares: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Gameleira-PE / Vanessa Sá Leal. – Recife: O Autor, 2007.

x, 86 folhas : il., gráf., tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCS. Nutrição, 2007.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Nutrição - Políticas de alimentação. 2. PETI – Avaliação. 3. PNAE – Avaliação. I. Título.

612.3
363.8

CDU (2.ed.)
CDD (20.ed.)

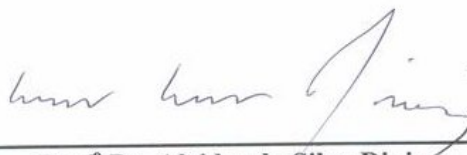
UFPE
CCS2007-25

**PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO AOS
ESCOLARES: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR (PNAE) E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL (PETI) – GAMELEIRA – PE.**

Vanessa Sá Leal

Dissertação aprovada em 05/03/2007

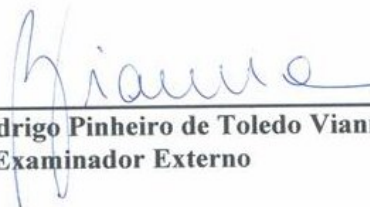
BANCA EXAMINADORA:



Prof^o Dr. Alcides da Silva Diniz
Presidente



Prof^a Dra. Poliana Coelho Cabral
Examinador Interno



Prof^o Dr. Rodrigo Pinheiro de Toledo Vianna
Examinador Externo

*Aos meus pais **Izis Leal e Viriato Leal Neto**,
pelos ensinamentos, dedicação, carinho e incentivo,
em todos os momentos da minha vida... Amo vocês!!*

*Aos queridos avós **Glauce Maria, Vanda Leal e Viriato Leal Filho**,
pela constante presença, carinho e confiança.*

*Ao irmão **Ivens Leal**,
pelo incentivo e amizade verdadeira.*

*Á todos os escolares que necessitam de
educação e acesso à alimentação de qualidade.*

AGRADECIMENTOS

Ao professor ***Pedro Israel***, pela valiosa orientação durante a realização do trabalho e pela convivência agradável, amiga, e, principalmente pela compreensão e dedicação.

À professora ***Sônia Lucena***, pela dedicação, amizade, atenção em todos os momentos e carinho de sempre.

À ***Fernando Araújo***, pelo incentivo e amor dedicados a mim durante este último ano.

Às minhas amigas-irmãs ***Cybele Rolim e Roberta Bento***, pela amizade, respeito e participação nos últimos seis anos em todos os momentos da minha vida.

Às grandes amigas ***Emília Costa, Fernanda Cristina e Sílvia Patrícia***, por todo apoio nos momentos de incerteza, pela amizade verdadeira, carinho e troca de experiências.

Aos professores do Laboratório de Saúde Pública, ***Mônica Osório, Sylvia Romani, Jailma Santos, Leopoldina Cerqueira, Poliana Coelho, Emília Aureliano, Eliane Cunha***, pelos conhecimentos compartilhados no decorrer deste período.

À ***Ana Cristina, Neci Maria e Claudileide Sá***, pelo incentivo e assessoramento no trabalho e no dia-dia.

À toda equipe de pesquisa de campo, em especial, ***Rosete Bibianno, Rosilda de Oliveira, Juliana Oliveira, Albanira Alves, Sandra Maia e Maria Madalena***, pela seriedade e dedicação desprendidos no trabalho, assim como pelos momentos de descontração proporcionados nesta etapa do trabalho.

***“O Brasil tem fome de ética e passa fome em
conseqüência da falta de ética na política.”***

*Herbet de Souza
(Betinho)*

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS FREQUENTANDO A ESCOLA, RELAÇÃO ESCOLARES/FAMÍLIA, PARTICIPANTES DO PETI E OPINIÃO DAS MÃES SOBRE O PROGRAMA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO. GAMELEIRA – PE, 2005.....	54
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS BENEFICIADAS PELO PAE, FREQUÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS E SUA ACEITAÇÃO POR PARTE DOS ESCOLARES, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO. GAMELEIRA – PE, 2005	55
TABELA 3 – ESTADO NUTRICIONAL DOS ESCOLARES DE 7 A 14 ANOS DE ACORDO COM A FREQUÊNCIA À ALIMENTAÇÃO NA ESCOLA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO. GAMELEIRA–PE, 2005.	59
TABELA 4 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS CHEFES DOS DOMICÍLIOS DOS ESCOLARES, RENDA PER CAPTA EM ¼ DE SALÁRIO MÍNIMO E PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF), SEGUNDO A FREQUÊNCIA DE RECEBIMENTO DA ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS. INTERIOR URBANO, GAMELEIRA - PE, 2005.....	62
TABELA 5 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS CHEFES DOS DOMICÍLIOS DOS ESCOLARES, RENDA PER CAPTA EM ¼ DE SALÁRIO MÍNIMO E PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, SEGUNDO A FREQUÊNCIA DE RECEBIMENTO DA ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS. INTERIOR RURAL, GAMELEIRA - PE, 2005.	63

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCOLARES DE 7 A 14 ANOS DE ACORDO COM A FREQUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO INTERIOR URBANO. GAMELEIRA-PE, 2005 56
- GRÁFICO 2** – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCOLARES DE 7 A 14 ANOS DE ACORDO COM A FREQUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO INTERIOR RURAL. GAMELEIRA-PE, 2005 57

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. REVISÃO DA LITERATURA - Das modificações temporais das políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil à perpetuação do Programa Nacional de Alimentação Escolar	3
2.1 Introdução	4
2.2 Breve histórico das Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição.....	4
2.3 Da Fome à Segurança Alimentar e Nutricional.....	14
2.3.1 Programa Fome Zero.....	20
2.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	22
2.5 Educação e combate ao trabalho infantil.....	27
Referências.....	33
3. ARTIGO ORIGINAL – Programas Governamentais (PETI e PNAE): cobertura, participação dos escolares e/ou responsáveis, e percepção dos executores. Gameleira – PE	39
Resumo.....	40
Abstract.....	41
3.1 Introdução	36
3.2. Objetivos.....	45
3.5 Metodologia.....	46
3.6 Resultados	52
3.7 Discussão.....	69
3.8 Conclusões	79
Referências.....	80
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86

ANEXOS

RESUMO

A dissertação foi composta por um capítulo de revisão da literatura e um artigo original. O capítulo de revisão aborda um breve histórico das Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição no país. As informações foram extraídas de artigos publicados em revistas científicas e livros, utilizando as bases de dados Scielo e Lilacs, e documentos disponíveis em sites governamentais, referenciados segundo as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. O artigo original intitulado: “Programas Governamentais (PETI e PNAE): cobertura, participação dos escolares e/ou responsáveis, e percepção dos executores”, analisa estes programas em micro-áreas de risco do município da Gameleira, Pernambuco, e relaciona a frequência de distribuição da alimentação escolar à características socioeconômicas dos escolares e chefes de domicílios. O estudo foi do tipo transversal com amostra de 249 domicílios com 504 escolares. Para a coleta de dados utilizou-se questionários semi-estruturados. A análise foi realizada através dos programas de computador Epi info 6.04, e o software Epinut. A participação nos Programas mostrou-se mais efetiva entre os escolares urbanos. A frequência da distribuição da alimentação era irregular, principalmente no setor rural, que apresentou piores condições socioeconômicas entre aqueles que não recebiam ou recebiam a alimentação esporadicamente. As dificuldades encontradas retratam a contradição entre o preconizado pelo PNAE e a realidade do município. Espera-se que esses resultados possam servir de subsídios para que os Programas atendam aos objetivos a que se propõe.

SUMMARY

The dissertation was composed of a revising chapter of the corresponding literature and a original article. The revising chapter approaches a brief history of Feeding and Nutrition Politics and Programs in the country. The information was extracted from articles published in scientific magazines and books, using Scielo and Lilacs data base, and available documents in governmental websites, referenced upon the Norms from Brazilian Technical Norms Association – BTNA. The original article entitled: “Governmental Programs (NSFP and CWEP) – cover, student and/or guarantor’s participation, and the perception of executors”, analyses these programs in risky micro-areas of Gameleira town, Pernambuco, and relates the frequency of school food distribution to the social-economical characteristics of the students and home chiefs. The study was of transversal type, with samples of 249 homes and 504 students. For data collection, it has been used the questionnaire. The analysis has been realized through the Epi info 6.04-computer program, and the Epinut software. The participation in the Programs has been shown more effective among the urban students. The frequency of food distribution was irregular, mainly in the rural sector, which presented the worst social-economical conditions among those that did not receive the food or rarely did. The difficulties found picture the contradiction between what has been established by the NSFP and the town’s financial reality. It is expected that these results may serve as subsidy so that the Programs meets the objectives proposed.

Apresentação

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a cobertura dos programas sociais destinados aos escolares: PNAE e PETI, em micro-áreas de risco do município da Gameleira, Zona da Mata Meridional do Estado de Pernambuco”, e relacionar a frequência de distribuição da alimentação escolar ao estado nutricional dos escolares assim como a características socioeconômicas dos chefes de domicílios, além de expor a percepção dos executores sobre o Programa de Alimentação Escolar (PAE).

Inicialmente fez-se uma revisão da literatura sobre as Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição no País, destacando a Política de Segurança Alimentar e o Programa Fome Zero, que na atualidade engloba o PNAE e o PETI, dando ênfase à estabilidade e importância do Programa de Alimentação Escolar no Brasil. Os artigos referenciados nesta revisão estão de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 6023/2000 (ABNT, 2000).

A seguir, é apresentado o artigo: “Programas Governamentais (PETI e PNAE) – cobertura, participação dos escolares e/ou responsáveis, e percepção dos executores, no município da Gameleira - Pernambuco”, que também foi formatado de acordo com a ABNT, 2000, para posteriormente submeter-se a publicação em periódico, a ser escolhido após revisão da banca examinadora.

O estudo revelou que a frequência de distribuição da alimentação nas escolas do município não era regular, com destaque para o setor rural que apresentou as piores situações socioeconômicas e nutricionais nos estratos dos que não recebiam ou recebiam esporadicamente a alimentação escolar. Espera-se que os dados do presente estudo possam servir de subsídios para que o PNAE e o PETI atendam de fato os objetivos a que se propõe.

Revisão da Literatura

2. REVISÃO DA LITERATURA - DAS MODIFICAÇÕES TEMPORAIS DAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL À PERPETUAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

2.1 Introdução

A falta de moradia, crianças e adolescentes nas ruas pedindo esmolas ou no mundo do crime, bairros sem saneamento básico, desemprego, violência, flagelados do frio ou da seca, mortalidade infantil, desnutrição e fome, são instrumentos da tragédia coletiva que nos habituamos a chamar de miséria (AGUIAR & ARAÚJO, 2003).

No Brasil apesar de não haver problemas com a oferta de alimentos, 46 milhões de indivíduos vivem em situação de risco, com renda insuficiente para se alimentar nas quantidades recomendadas e na qualidade e regularidade necessárias (BELIK, 2003).

Em virtude do conjunto de mudanças econômicas e sociais ocorrido nos últimos anos, é possível verificar na atualidade a coexistência de distintos processos por meio dos quais vem se efetivando a implementação de diversas políticas e programas públicos. No âmbito das políticas social e assistencial, as ações do Governo Federal na área de suplementação alimentar dirigidas ao público escolar, são reconhecidas como das mais antigas e permanentes (SILVA et al., 2002).

O presente texto propõe-se a perpassar algumas das políticas e programas sociais, em particular aqueles que proporcionaram ou ainda proporcionam benefícios à população, através das oportunidades de acesso à alimentação e educação, tornando possível a melhoria de vida dos excluídos.

2.2 Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição

A gênese e reprodução da fome, assim como suas formas de enfrentamento, tiveram ênfase na trajetória política intelectual no período pós-guerra, com o médico e nutrólogo pernambucano Josué de Castro. Em 1932, sob a influência do argentino Pedro Escudero,

criador do Instituto Nacional de Nutrição em 1926, da Escola Nacional de Dietistas em 1933 e do Curso de Médicos Dietólogos da Faculdade de Buenos Aires, Castro realizou a pesquisa “As Condições de Vida das Classes Operárias no Recife”, considerado o primeiro inquérito dietético-nutricional do país que teve ampla divulgação nacional e inspirou estudos similares, dentre eles, o que serviu de base para a regulamentação da lei do salário mínimo (VASCONCELOS, 2001).

As obras de Josué de Castro principalmente os clássicos “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome”, foram decisivas para a consolidação de um movimento internacional para a segurança alimentar, o Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (BATISTA FILHO, 2003).

No Brasil, a pobreza extrema, as práticas alimentares e serviços de saúde inadequados começaram a ser identificados como problema social e de saúde pública a partir da segunda metade da década de 30. A partir deste período, surgiram as primeiras iniciativas das políticas trabalhistas no então governo de Getúlio Vargas: a instituição do salário mínimo com o estabelecimento de uma cesta composta por 12 alimentos que comprometessem 50% da estimativa salarial além de atender a 100% das recomendações diárias de calorias, proteínas, sais minerais e vitaminas; a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), em 1940, encarregado de fornecer alimentação aos trabalhadores segurados pelos Institutos de Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAP), além da obrigatoriedade de instalação de refeitórios em empresas com mais de 500 empregados. O SAPS criou restaurantes populares e conferiu importância relevante à educação alimentar. Essas políticas objetivavam a satisfação das necessidades alimentares dos trabalhadores e de seus familiares (SILVA, 1995; VASCONCELOS, 2005).

O SAPS, primeira agência governamental de política de alimentação no Brasil durou mais de trinta anos, sendo extinto em 1967 no governo Costa e Silva. Durante a sua

existência, conviveu com outras duas agências de política de alimentação: o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) (VASCONCELOS, 2005).

O STAN, criado em 1942, dirigido e regulamentado por Josué de Castro, visava antes de tudo a obtenção de elementos e dados científicos seguros, com os quais pudesse dar uma assistência técnica efetiva às fontes nutricionais de produção de alimentos, aos agricultores e aos industriais. Desenvolvia ainda propostas relacionadas à educação alimentar. Para o povo, o STAN organizava palestras radiofônicas realizadas por um Curso Popular de Alimentação, e para as elites, destinou as publicações dos Arquivos Brasileiros de Nutrição, produzidos por estudiosos brasileiros e estrangeiros, que se constituíram na primeira publicação periódica especializada em nutrição no país. Através da STAN os Arquivos adquiriram o direito de publicar em português os artigos da renomada “Nutrition Reviews” sobre a ciência da nutrição, através de convênio com a “Nutrition Foundation” de Nova York. Esse convênio possibilitou também, a divulgação de publicações brasileiras (em resumos em inglês e espanhol) nos centros científicos de todo o continente americano. Portanto, o STAN foi o responsável pelo enriquecimento científico e cultural brasileiro e pelo intercâmbio entre as Américas (CASTRO, 1944; L’ABBATE, 1988).

O STAN também ficou responsável pela realização de todas as pesquisas necessárias à implantação no Brasil da indústria de produtos alimentícios desidratados. Isto ocorreu devido a importância que a desidratação de alimentos exercia no problema de abastecimento da população, das forças armadas dispersas pelo território nacional no período de guerra e ainda, na melhoria do mercado mundial pós-guerra (NOTAS, 1944).

Para aperfeiçoar o desenvolvimento tecnológico, no sentido de implementar novos métodos de conservação de alimentos, surge em 1944 o Instituto de Tecnologia Alimentar

(ITA) destinado a realizar estudos, trabalhos e pesquisas de caráter experimental (L'ABBATE, 1988).

A Comissão Nacional de Alimentação (CNA), instalada em 1945 e extinta em 1972, teve a importante missão de propor uma Política Nacional de Alimentação, estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população, acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões de alimentação, trabalhar pela correção de defeitos e deficiências das dietas brasileiras, estimulando e acompanhando campanhas educativas (SILVA, 1995).

Entre 1946 e 1951 os problemas relacionados com alimentação estavam englobados no Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte, Energia). De acordo com Castro não bastava apenas cuidar da produção, mas era importante melhorar a rede de transportes, assistir social e tecnicamente o trabalhador, sobretudo o rural, através de maiores facilidades de crédito, políticas de preços, etc (L'ABBATE, 1988).

Em janeiro de 1946 é fundado o Instituto Nacional de Nutrição através da incorporação da Universidade do Brasil, do Instituto de Tecnologia Alimentar, por doação das indústrias do STAN (L'ABBATE, 1988).

No ano de 1952, a CNA elabora um grande plano de trabalho: “A Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”, enfatizando as relações entre subnutrição-saúde-produtividade postos num encadeamento de causa e efeito. Esse Plano apresentado na III Conferência Latino Americana de Nutrição, realizada em Caracas, Venezuela, no ano de 1954, é o primeiro a mencionar a necessidade de cuidar da desnutrição como problema de saúde pública que tem suas origens na estrutura econômica e social da Nação. A partir da relação desnutrição-saúde, enfatiza-se a necessidade de privilegiar o grupo mais sensível aos efeitos das carências nutricionais – o materno-infantil. Destacam-se, também, o escolar e o trabalhador como grupos que merecem atenção (L'ABBATE, 1988).

A falta de recursos para o desenvolvimento de seu Plano, fez com que a CNA conseguisse a ajuda de outras instituições, sobretudo a FAO e a Organização Mundial de Saúde (OMS). Sendo assim, o único projeto realmente concretizado foi o Programa Nacional da Merenda Escolar, pois nesse caso a Comissão contou com o apoio efetivo da UNICEF ou Fundo Nacional de Socorro à Criança, instalado no Brasil em 1946 (L'ABBATE, 1988).

No início da década de 50, a CNA passa a ser Comitê Nacional de Organização da Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) (L'ABBATE, 1988).

A partir da Revolução Verde, em 1954, os EUA passaram a regulamentar as doações dos excedentes de produção através do apoio da FAO e do UNICEF. No Brasil essa distribuição proporcionaria a institucionalização, em março de 1955, da Campanha Nacional da Merenda Escolar (L'ABBATE, 1988).

Com o processo de industrialização e urbanização, o perfil epidemiológico nutricional brasileiro caracterizava-se pelos agravos nutricionais relacionados à miséria e ao subdesenvolvimento econômico, tendo em destaque a desnutrição energético-proteica e as doenças carenciais específicas como a anemia ferropriva, a hipovitaminose A e o bócio endêmico. Assim, entre os anos de 1946 e 1963 o combate à fome no país e no mundo passa a ser mais difundido, a exemplo da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM) e do clássico, “Geografia da Fome”, onde Josué de Castro analisa o problema da fome e traça seus principais determinantes além de buscar alternativas de resolução do problema (VASCONCELOS, 2005).

A Comissão Nacional de Alimentação que viveu mais de sonhos que de ações concretas foi extinta com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) no ano de 1972. Uma autarquia do Ministério da Saúde, o INAN constituiu um referencial para as ações públicas no campo da nutrição. Diferente da CNA ele aparece num contexto onde a política social passa a ser uma preocupação explícita do Estado, propondo assistir o

governo nas políticas de alimentação e nutrição, constituindo um conjunto de programas direcionados às populações em situações de insegurança alimentar, aos trabalhadores do setor formal e aos grupos de risco – gestantes, nutrizes e crianças. Dentre estes programas, destacam-se o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN I/ 1973-1974) orientado pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), que teve seu desenvolvimento prejudicado por dificuldades administrativas (L'ABBATE, 1989; SILVA, 1995; PESSANHA, 2004).

Ainda fazendo parte do INAN surge o II PND, que planejou de forma mais coerente o desenvolvimento social, e em 1976 instituiu o II PRONAN (1976-1979), que se propôs a atuar junto ao sistema de produção e distribuição de alimentos, abrangendo diversos programas de assistência alimentar e nutricional. Neste período, verificou-se também, um aumento no processo de criação de novos cursos para formação e capacitação dos recursos humanos em nutrição no Brasil (L'ABBATE, 1989; VASCONCELOS, 2002; PESSANHA, 2004).

No período de 1965 a 1974 uma série de estudos de natureza epidemiológica demonstraram a precariedade da situação alimentar e as grandes deficiências nutricionais da população relacionadas à pobreza, destacando-se o Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF, nos anos de 1974 e 1975 detectando-se que apenas 32% da população brasileira se alimentava adequadamente (BONFIM, 2000; TONIAL, 2001).

Ainda no final da década de 70 sob a responsabilidade do INAN, da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e das Secretárias Estaduais, o Programa de Alimentos Básicos em áreas de baixa renda (PROAB) foi criado com o intuito de abastecer os pequenos varejistas com um subsídio para a compra, de doze produtos junto a COBAL: arroz, açúcar, charque, farinha de mandioca, feijão, fubá, leite em pó integral, macarrão, ovo, óleo vegetal, peixe seco salgado e galeto (L'ABBATE, 1989).

Apesar da importância desse Programa que procurava influir na comercialização de produtos alimentares básicos à população de baixa renda, problemas comuns aos demais programas e que dependem de decisões a nível político puderam ser observados, como não manter as verbas programadas e a não continuidade das necessidades diárias ao ser humano no que diz respeito ao consumo alimentar (L'ABBATE, 1989).

As populações da zona rural foram assistidas através do Programa de Comercialização e Aquisição de Alimentos Básicos (PROCAB), que contribuía para a compra dos alimentos comercializados pelos pequenos produtores e os canalizava aos programas de suplementação alimentar do INAN (L'ABBATE, 1989; SILVA, 1995).

A partir da década de 80 em parceria com o INAN o Ministério da Saúde efetivou uma série de ações de assistência alimentar e nutricional, destacando-se o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno – PNIAM, os Programas de Prevenção e Combate às Carências Nutricionais Específicas (PCCN), o Programa de Suplementação Alimentar – PSA, e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) (SILVA, 1995; PESSANHA, 2004; VASCONCELOS, 2005).

No início dos anos 90 o Governo Collor desestruturou os programas de alimentação e nutrição, mantendo apenas o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). O PNAE pertencente ao Ministério da Educação e Cultura, o mais antigo programa de nutrição do país, propunha-se a distribuir alimentos às crianças do ensino fundamental, com idade entre 7 e 14 anos nas escolas públicas e naquelas mantidas por organizações filantrópicas, durante os 200 dias do ano letivo. Este programa estava acoplado ao Programa de Alimentação dos Irmãos dos Escolares (PAIE) que distribuía alimentação aos irmãos dos escolares e foi desativado em 1991. O PAT objetivava melhorar as condições de saúde do trabalhador de baixa renda, aumentar a

produtividade e reduzir os índices de absenteísmo e de acidentes de trabalho (L'ABBATE, 1989; SILVA, 1995; VASCONCELOS, 2005).

Em março de 1993 o Presidente Itamar Franco declara o combate à fome como prioridade absoluta. A elaboração do mapa da fome no país, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), indicou a existência de 32 milhões de brasileiros vivendo em situação de miséria. Membros do Governo e da sociedade civil criaram então o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), responsável pela elaboração do Plano de Combate à Fome e à Miséria, elegendo quatro prioridades: combate a desnutrição materno-infantil, descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, revisão do Programa de Alimentação do Trabalhador e uso de estoques públicos em programas emergenciais (SILVA, 1995; BONFIM, 2000; PESSANHA, 2004; VASCONCELOS, 2005).

Uma agenda mínima de Segurança Alimentar e Nutricional atualizada em relação à originalmente proposta pelo CONSEA em 1994, resgata de forma mais integral os resultados da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar abrangendo os seguintes aspectos: garantia do direito à alimentação adequada para todos os habitantes como um direito humano básico; ampliação das condições de acesso à alimentação e redução de seu peso no orçamento familiar; garantia de saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; garantia quanto à qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis (VALENTE, 1997).

Apesar de nos dois anos de existência o CONSEA conseguir aproximar interesses entre setores governamentais e não governamentais na construção da Política Nacional de Segurança Alimentar, o mesmo foi extinto pouco tempo após a posse do governo Fernando Henrique Cardoso (VALENTE, 2006).

É importante ressaltar que este período foi marcado por incertezas na área social e pela fragmentação de atividades, programas e instituições que desenvolviam atividades relacionadas ao tema da segurança alimentar e nutricional. Em 1995 foi extinta a Legião Brasileira de Assistência, responsável pela questão alimentar e nutricional de crianças em creches e de pessoas institucionalizadas; as ações de abastecimento e manutenção de estoques da CONAB foram desarticuladas e a área de alimentação e nutrição foi transformada em uma área técnica do Ministério da Saúde sem atribuições claras por alguns meses (VALENTE, 2006).

Ainda em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume que o combate à fome e à pobreza não é compromisso de um órgão específico e sim do governo como um todo. Cria então, o Programa Comunidade Solidária que foi instituído na condição de Conselho e Secretaria Executiva, buscando gerenciar as ações públicas com base na integração e descentralização das ações de governo e permitir a participação da sociedade na busca para a melhoria das condições de vida das populações mais pobres (VASCONCELOS, 2002; VALENTE, 2006).

Em nenhum momento, o Comunidade Solidária cumpriu o papel de monitorar ou fiscalizar o cumprimento pelo Estado de suas funções no combate à fome, à miséria ou à desnutrição. Extinto no ano de 1999, reorganizou sua estratégia de atendimento a grupos socialmente vulneráveis entre dois grandes eixos: o Projeto Alvorada, voltado para o combate à pobreza, mas que não chega a ser implementado efetivamente e o Comunidade Ativa, focado na indução do desenvolvimento local integrado e sustentável (L'ABBATE, 1988; VALENTE, 2006).

Uma das mais difíceis tarefas da Secretaria do Comunidade Solidária foi a coordenação e execução do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA). Iniciado em 1993, o Programa deveria ter ação emergencial, mas devido a ausência de

políticas estruturais, adquiriu um caráter permanente na agenda política. No final do ano 2000 o PRODEA é extinto deixando cerca de 10 milhões de pessoas sem acesso a cestas de alimentos (VALENTE 2006; PESSANHA 2004).

Um importante trabalho mantido pela Secretaria Executiva do Comunidade Solidária juntamente com a sociedade civil envolvida na luta pela Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi o processo de preparação para a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, com início no final de 1995 e conclusão em junho de 1996 e a tentativa de cumprir as resoluções da mesma, a nível nacional (VALENTE, 2006).

Ao final do primeiro governo FHC em 1998, observou-se que os seguintes programas ainda continuavam em funcionamento: o PNAE, o PAT, o PCCN e o SISVAN. Ainda neste período, foi decretada a extinção do INAN, em 5 de julho de 1997, por meio da medida provisória nº 1.547 (VASCONCELOS, 2005).

Vale ressaltar que no segundo governo FHC (1999-2002) há a aprovação pelo Ministério da Saúde da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) através da Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999, e ainda a adoção da medida provisória nº 2.206, de 10 de agosto de 2001 que cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde, também chamado Programa Bolsa Alimentação (VASCONCELOS, 2005).

No que diz respeito à PNAN, esta passou a desempenhar atribuições do extinto INAN, baseada nas seguintes diretrizes que tinha como fio condutor o Direito Humano à Alimentação e a Segurança Alimentar e Nutricional: estímulo a ações intersetoriais com vistas ao acesso universal aos alimentos; garantia da segurança e qualidade dos alimentos; monitoramento da situação alimentar e nutricional; promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis; prevenção e controle dos distúrbios e doenças nutricionais; promoção do desenvolvimento de linhas de investigação; desenvolvimento e capacitação de recursos humanos em saúde e nutrição (BRASIL, 1999; VASCONCELOS, 2005).

O Programa Bolsa Alimentação, assim como a PNAN foi desenvolvido pela Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN), com o objetivo de reduzir o déficit nutricional e a mortalidade infantil entre as famílias mais carentes do Brasil. Para serem elegíveis, ou seja, participantes do Programa, as famílias deveriam ter renda mensal inferior a R\$ 90,00 *per capita* e possuir pelo menos um possível beneficiário (gestante e/ou nutriz e/ou crianças de 6 meses até 6 anos de idade). O Programa tem o intuito de complementar a renda familiar para melhoria da alimentação e fomentar a realização das ações básicas de saúde. Cada família recebe um benefício de R\$ 15,00 por beneficiário por mês, com um teto máximo de R\$ 45,00 por família (três benefícios). A partir de setembro de 2003 passou a fazer parte do Programa Bolsa Família que integrou também o Auxílio-Gás, o Bolsa Escola, e o Cartão Alimentação (BRASIL, 2005; VASCONCELOS, 2005).

A reinstalação do CONSEA agora renomeado Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em março de 2004, além da decisão de recolocar a construção participativa de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política do país, são de extrema importância para o direito humano à alimentação (VALENTE, 2006).

2.3 Da Fome à Segurança Alimentar e Nutricional

No Brasil, o conceito de fome abrange desde a sensação fisiológica ligada a vontade de comer até formas de humilhação ligadas à pobreza e à exclusão social. *“Ver os filhos passarem fome é passar fome. Comer lixo é passar fome. Comer o resto do prato dos outros é passar fome. Passar dias sem comer é passar fome. Ter que se humilhar para receber uma cesta básica é passar fome. Trocar a dignidade por comida é passar fome. Está desnutrido também é passar fome mesmo que a causa principal não seja a falta de alimentos.”* (VALENTE, 2003).

A condição de pobreza não está apenas relacionada a ter pouco ou nenhum dinheiro, essa situação relaciona-se com diversas dimensões da condição humana. Os pobres estão submetidos a situações de privação de capacidades, como por exemplo: emigrantes que deixam sua terra natal para tentar superar a condição de miséria em outros locais, o trabalho infantil imposto às famílias por uma questão de sobrevivência; a má qualidade dos serviços de educação e saúde ou simplesmente a falta de acesso aos alimentos. Diante da concepção de que o direito humano à alimentação deve ser assegurado pelo Estado, a elaboração de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional apresentou-se como principal objetivo para a garantia desse direito à população brasileira (AGUIAR & ARAÚJO, 2003; YASBEK, 2004).

A prioridade do combate à fome e a miséria, e a alimentação como direito humano básico, foram apresentadas por essa política como temática que vem mobilizando a sociedade brasileira há mais de uma década. Nos anos de 1992 e 1993 o movimento *Ação de Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida*, liderado pelo sociólogo Herbet de Souza teve inspiração ética e se expressou na formação de milhares de comitês de solidariedade articulado por amplos setores da sociedade civil brasileira. Baseava-se na compreensão de que cabe à cidadania instituir a lógica da solidariedade e, também, apontar o rumo ao Estado e ao mercado. Este movimento de dimensão nacional, alavancado na época do “impeachment” do Presidente Collor, teve como seu primeiro mérito dar notoriedade ao quadro dramático da existência de 32 milhões de miseráveis nos campos e nas cidades, além de colaborar fundamentalmente para a implantação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) (MALUF et al, 1996; YASBEK, 2004).

Na Cúpula Mundial da Alimentação de 1996, os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram “o direito de toda pessoa a ter acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito à alimentação adequada e com o direito fundamental de toda pessoa de estar livre da fome”. Após cinco anos, a Declaração da Cúpula da Alimentação

celebrada em julho de 2002, ratificou a importância de reforçar o respeito a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e convidou “o Conselho da FAO a estabelecer um Grupo de Trabalho Intergovernamental com a finalidade de elaborar um conjunto de Diretrizes Voluntárias para apoiar os esforços dos Estados Membros destinados a alcançar a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional” (FAO, 2005).

O esforço para assegurar que cada criança, mulher e homem tenham direito à alimentação adequada de forma regular, não constitui apenas uma importância moral e um investimento com enorme retorno econômico, significa também, a realização de um direito humano fundamental (FAO, 2005).

A Cúpula Mundial da Alimentação reflete o objetivo de erradicação da fome no intuito de reduzir o número de pessoas subnutridas à metade do seu nível atual, até no máximo o ano de 2015 e, tal como foi acordado na Cúpula do Milênio, “reduzir à metade a proporção de pessoas que passam fome” até esse mesmo ano (FAO, 2005).

A Conferência Mundial sobre Alimentação, em 1974, organizada pela FAO – Food and Agriculture Organization, órgão integrante da Organização das Nações Unidas – ONU levou os governos participantes a dedicarem esforços para garantir o direito de todo homem, mulher ou crianças estarem livres do risco da fome e da desnutrição para o pleno desenvolvimento de suas atividades físicas e mentais. Dados apresentados no segundo Fórum Mundial de Alimentação, em 2002, indicam que a cada ano o número de desnutridos diminui em 8 milhões. Não obstante, a dimensão da fome no mundo é tão grave que para que em 2015 se alcance a metade do número de desnutridos, a taxa de redução deve ser de pelo menos 22 milhões por ano (DOMENE, 2003).

Segundo BELIK, 2003, o conceito de Segurança Alimentar surgiu a partir da segunda guerra mundial quando mais da metade da Europa devastada e impossibilitada de produzir seu

próprio alimento, teve acesso a políticas continentais para que a garantia do acesso à alimentação fosse mantida em quaisquer situação. Esse conceito envolve três aspectos principais como: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos. Cabendo destacar que acesso aos alimentos se distingue do termo disponibilidade de alimentos, pois os alimentos podem estar disponíveis, mas as populações pobres podem não ter acesso aos mesmos, seja por motivos de renda, monopólios, conflitos internos e até mesmo desvios (GALEAZZI, 1996; BELIK, 2003).

A luta contra a fome, ou a Segurança Alimentar e Nutricional está fortemente associada ao Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania Alimentar. Estes se iniciam pela garantia a todos os cidadãos do direito ao acesso diário a alimentos em qualidade e quantidade suficientes a fim de atender às necessidades nutricionais básicas para a manutenção da saúde, passando também, pela possibilidade de uma alimentação adequada aos hábitos e práticas de sua cultura, região ou origem étnica, além de requerer o envolvimento tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação – saúde, educação, trabalho, agricultura, etc, e em diferentes esferas – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo. De fato, compreender a Segurança Alimentar e Nutricional como um direito humano fundamental representa um enorme passo para o enfrentamento da fome, da desnutrição e de tantas mazelas que ainda envergonham o país (LOSAN, 2006).

No Brasil, o problema da fome não se deve a pouca disponibilidade global de alimentos, mas sim a pobreza de grande parte da população. Para o seu enfrentamento deve-se aumentar os direitos dos pobres dando-lhes acesso a alimentos e as condições básicas de habitação, saneamento, serviços de saúde, educação, etc. Isso poderia ser obtido através de um processo de redistribuição de renda e/ou aceleração do desenvolvimento econômico dando aos menos favorecidos a oportunidade de ter bons empregos. Um sistema de educação que dê

a todos a possibilidade do exercício de uma profissão mostra-se como um pré-requisito de longo prazo de combate à fome (GALEAZZI, 1996).

De acordo com BATISTA FILHO, é nesse contexto de problemas, causas e conseqüências que o governo brasileiro coloca como prioridade para sua população a questão da segurança alimentar. A proposta envolvendo 13 ministérios e 38 representações da sociedade civil organizada, reuniu ações integradas em três grandes eixos: disponibilidade, consumo e/ou acessibilidade alimentar, e utilização biológica (BATISTA FILHO, EDITORIAL,2003).

De acordo com o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, o Estado tem obrigação de prover o direito a alimentação adequada àqueles indivíduos incapazes de usufruir desse direito por motivos além do seu controle. Nada tendo a ver com caridade ou benemerência, e sim com a obrigação exercida pelo Estado que indiretamente é a representação da nossa sociedade (BELIK, 2003).

Paralelamente às medidas estruturais destinadas a geração de empregos e ao aumento da renda familiar, é necessário a utilização de programas específicos para atender as demandas de curto prazo. Neste grupo, estão programadas ou em andamento medidas como a formação de banco de alimentos, distribuição de cestas básicas, cartão de alimentos, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador e do Programa de Alimentação Escolar. Este último, com mais de 30 anos de existência, necessita de revisão para incorporar novos papéis adequados ao contexto do Programa Fome Zero (VALENTE, 2006).

Nos últimos dois anos do Governo FHC, constatou-se a inexistência de uma política social articulada, fragmentada por iniciativas de transferência de renda (bolsa escola, bolsa alimentação, bolsa renda, vale gás, etc.), pela constante discussão sobre a criação ou não do Cadastro Único para beneficiários de programas sociais e pela tentativa de implantação do Projeto Alvorada, que era mais um projeto que uma política (VALENTE, 2006). Na área

específica de Segurança Alimentar não havia espaço de interlocução sobre o tema com o governo, e as iniciativas que poderiam se articular em torno de uma política de segurança alimentar e nutricional se encontravam totalmente pulverizadas (VALENTE, 2006).

De acordo com PESSANHA em 2004, o tema “Segurança Alimentar” no decorrer dos anos 90, se tornou um tanto deslocado da agenda brasileira de debates. Porém, no início do século XXI, a desigualdade de renda e recursos inclusive alimentares, e a importância da percepção dos novos riscos associados à qualidade dos alimentos consumidos pela população, fizeram com que o tema voltasse ao centro das discussões reafirmando a sua importância no campo da política (PESSANHA, 2004).

Com o ressurgimento do assunto, em 16 de outubro de 2001 no Dia Mundial da Alimentação, o Projeto Fome Zero foi lançado pelo Partido dos Trabalhadores, apresentando uma proposta de política participativa de segurança alimentar para o Brasil e cujo principal enfoque seria o de retomar o tema para o campo da política (PROJETO, 2002).

Em janeiro de 2003 o Governo Federal apresentou o Programa Fome Zero, despertando a consciência popular brasileira para o paradoxo da existência de milhões de famílias vivendo sem o suficiente para comer em um país com abundância de alimentos (FAO, 2006).

No Brasil não existem pesquisas recentes sobre o consumo alimentar da população – a última é a do ENDEF de 1974. Por não existir consenso entre organizações governamentais e não-governamentais o número de pessoas expostas à fome é sempre estimado. Assim, o Programa Fome Zero usa como referência o conceito de linha de pobreza extrema adotado pelo Banco Mundial, equivalente a 1,08 dólar *per capita* / dia, estimando em 44 milhões o número de pessoas que não tem renda suficiente para adquirir alimentos na quantidade adequada. Este número é equivalente a 28% da população total do Brasil (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004).

O Brasil faz parte das nações com maior desigualdade de renda do mundo. Atualmente são aproximadamente 45 milhões de pessoas discriminadas pela linha de pobreza, metade das quais formando o estrato da indigência. (BATISTA FILHO, 2003)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 2004) sobre Segurança Alimentar, realizada em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 65,2% dos 51,8 milhões de domicílios particulares brasileiros, constatou-se a condição de segurança alimentar. Dentre os 18 milhões com insegurança alimentar, 47% dos que apresentaram insegurança alimentar grave estavam no Nordeste. Constatou-se ainda que em todas as regiões, a prevalência de insegurança foi maior nos domicílios com pessoas de menos de 18 anos de idade (IBGE, 2006).

2.3.1 Programa Fome Zero

Para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional e particularmente, do combate à fome, em 2003 foi lançado pelo Governo Federal o Programa Fome Zero, que sintetiza as principais estratégias para o alcance desses objetivos, englobando ações de diversos setores do governo tais como: saúde, educação, trabalho, agricultura, acionando medidas emergenciais destinadas aos grupos em situação de risco e propondo medidas direcionadas a geração de emprego e renda, reforma agrária e apoio a agricultura familiar. (BURLANDY & MAGALHÃES, 2004).

Em 2003, o Fome Zero era caracterizado como “um programa criado para combater a fome e suas causas estruturais que geram exclusão social”. Já em 2005 o Programa foi assim descrito: “O Fome Zero é uma estratégia do Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos.” Esta iniciativa se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional e contribui para a

erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome (FAO, 2006).

O interesse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva de por fim à fome no Brasil, refletido nas metas do “Fome Zero”, despertou grande atenção internacional, maior ainda, nos países em desenvolvimento, onde se trabalha para alcançar o objetivo da Cúpula Mundial da Alimentação de reduzir à metade a pobreza, a fome e a desnutrição até 2015. Essa atenção foi reforçada pelas iniciativas do Presidente do país durante o “Encontro dos Líderes por uma Ação contra a Fome e a Pobreza”, em conjunto com os Chefes de Estado da França, Chile e Espanha que teve lugar na sede da ONU, em Nova Iorque, em setembro de 2004, do qual participaram mais de 100 chefes de governos. No contexto dessa iniciativa global, os Presidentes do Brasil e da Guatemala lançaram em outubro de 2005, a proposta para erradicar de vez a fome na América Latina e no Caribe até o ano 2025, que foi posteriormente endossado pelos 29 países presentes à Conferência Regional da FAO, realizada em Caracas, em abril de 2006. (FAO, 2006).

Atualmente, o “Fome Zero” congrega um conjunto de mais de 30 programas complementares direcionados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar implementados pelo ou com o apoio do Governo Federal. Sua coordenação é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que assumiu essa responsabilidade em 2004, após a extinção do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Dentre os maiores programas do “Fome Zero” estão: o Bolsa Família, programa de transferência de renda mínima, dirigido às famílias pobres, condicionado à assistência das crianças à escola e ao controle da saúde; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que garante alimentação escolar às crianças de creches e escolas públicas; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que provê crédito subsidiado e serviços

técnicos a agricultores familiares; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que promove a compra de alimentos da agricultura familiar para sua distribuição local, a instituições e a programas alimentares; e o Programa de Construção de Cisternas, para coletar água de chuva para uso doméstico no semi-árido do Nordeste do país (FAO, 2006).

Outros programas também distribuem alimentos às populações necessitadas, como restaurantes populares, bancos de alimentos, agricultura urbana, distribuição de vitamina A e ferro, além de outros relacionados à educação nutricional, monitoramento da nutrição e saúde e incentivos fiscais para empresas que fazem investimentos na manutenção de restaurantes para seus trabalhadores (FAO, 2006).

A atual política brasileira retoma a questão alimentar e nutricional como tema prioritário, tendo na aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006, proposta na 2^a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição uma perspectiva inovadora de gestão e financiamento de um sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BURLANDY & MAGALHÃES, 2004).

2.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Ao longo dos anos o Brasil tem tido uma rica experiência em programas de saúde e nutrição com o objetivo de melhorar o consumo de alimentos e o estado nutricional de crianças pertencentes a famílias de menor renda (SILVA, 1996).

Desde o início do século, os programas de merenda escolar foram custeados pelo “Caixa Escolar” advindos da comunidade e das próprias escolas. O atendimento através desses “caixas” fornecia alimentação, de acordo com os recursos disponíveis, a todos os alunos ou ao menos, àqueles mais carentes (STEFANINI, 1997; STOLASK, 2005).

A distribuição de alimentos às crianças teve origem a partir da medida implantada pelo “Serviço de Alimentação da Previdência Social” (SAPS) de fornecimento de desjejum

composto de leite, frutas e pão, aos filhos de operários. Entretanto, a primeira forma de suplementação alimentar foi a "sopa escolar", preparada nas residências das famílias e transportada até as escolas, com o objetivo de minimizar a fome das crianças que chegavam às salas de aula sem ter ingerido qualquer alimento. Naquela época ainda não existia a preocupação com o estado nutricional da criança que recebia o alimento, pois, a desnutrição protéico-energético (DPE) ainda não se definia como tal (SILVA, 1996).

Originado na década de 40 o PNAE, (comumente chamado Programa da Merenda Escolar – PME ou Programa de Alimentação Escolar - PAE), é um dos programas sociais mais antigos do Governo Federal. Proposto inicialmente pelo Instituto Nacional de Nutrição teve sua implementação impedida por questões políticas e por indisponibilidade de recursos financeiros (BRASIL, 2006).

No ano de 1954, o governo brasileiro apresentou ao UNICEF a proposta para o financiamento do Programa de Merenda Escolar, uma vez que durante esta época o órgão vinha proporcionando doações de alimentos aos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte com posterior expansão para o restante do país (SILVA, 1996).

Um programa de merenda escolar de âmbito nacional, sob a responsabilidade pública, foi estruturado pela primeira vez na década de 50, através do abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado *Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil*. O Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente UNICEF, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil (BRASIL, 2006).

Em 31 de março de 1955, é instituída a Campanha de Merenda Escolar (CME) pelo Decreto Federal nº 37.106, que subordinada ao Ministério da Educação, tem as atribuições

voltadas ao incentivo da merenda escolar, a melhoria do seu valor nutritivo e a promoção de medidas para a aquisição de produtos ricos em vitaminas e proteínas (BRASIL, 2006).

Com o intuito de promover o atendimento em âmbito nacional, em 1956 com a edição do Decreto nº 39.007, a CME passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). No ano de 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacaram-se, *Alimentos para a Paz*, financiado pela USAID, *Alimentos para o Desenvolvimento*, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar, e o *Programa Mundial de Alimentos*, da FAO/ONU (BRASIL, 2006; PEDRAZA et al., 2006).

A partir de 1976, o Programa de Alimentação Escolar era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), apesar de financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Somente em 1979, passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (BRASIL, 2006).

Até o ano de 1993, a execução deste programa se deu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. (BRASIL, 2006).

A lei nº 8913, aprovada em 1994, regulamentou a descentralização do PNAE e estabeleceu que os recursos destinados ao Programa deveriam ser repassados aos estados e municípios vinculados ao número de matrículas do sistema de ensino (OMETTO et al., 2003).

Apesar de passar por diferentes definições, estruturas institucionais e modalidades de gestão o Programa Nacional de Alimentação Escolar vigora no país desde a década de 50

mantendo uma continuidade pouco usual quando comparado às demais políticas de suplementação alimentar já existentes (SILVA, 2000).

A má qualidade da alimentação escolar é um dos principais fatores que comprometem a segurança alimentar da população jovem brasileira. A importância da merenda escolar vem sendo comprovada em diversos estudos. Um trabalho publicado em 2003, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), revela que, para 56% e 50% dos alunos da região Norte e Nordeste respectivamente, a merenda escolar é considerada a principal refeição do dia (WEIS, et al., 2005).

Apesar da constatação que grande contingente de crianças em todo o país, tem acesso ao programa de alimentação escolar, desigualdades regionais surgem quando se analisa se a escola oferece ou não merenda. A desvantagem entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste quando comparadas às do Sul e Sudeste, atinge 14 e 15 pontos percentuais (GALEAZZI, 1996). Em 1998, SILVA et al., constatou que aproximadamente 30% dos escolares de menor renda e pertencentes às Regiões Norte e Nordeste tinham acesso a este tipo de benefício no máximo uma vez por semana.

Os mais recentes dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF) revelam que 45% das crianças de até cinco anos no país apresentam quadros de desnutrição. Por outro lado, a crescente incidência de casos de obesidade infantil, decorrente, em grande parte, da mudança dos hábitos alimentares dos jovens em direção ao consumo diário das chamadas *fast-foods* e dos produtos vendidos nas cantinas escolares, tais como refrigerantes, salgadinhos e frituras, também podem ser constatadas através de vários outros inquéritos (WEIS, et al., 2005).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é universal e está presente em todos os estados e municípios do país. Para 2006 foi previsto o atendimento de cerca de 37 milhões de estudantes e um orçamento de R\$ 1,5 bilhão. Garante, por meio da transferência

de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental, inclusive das escolas indígenas, escolas públicas e filantrópicas. Os recursos destinam-se à compra de alimentos pelas Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e pelos Municípios (BRASIL, 2006).

Nos últimos três anos o valor *per capita* da alimentação repassada pelo Governo Federal subiu de R\$ 0,13 para R\$ 0,22 o que corresponde a um aumento de 69% após uma década de estagnação do valor. O Programa deve garantir que o cardápio da alimentação escolar forneça cerca de 350 quilocalorias e 9 gramas de proteínas por refeição, ou seja, 15% das necessidades diárias de calorias e proteínas dos alunos beneficiários (SILVA, 2000; BRAGA, 2006).

O principal objetivo do PNAE é atender às necessidades nutricionais dos alunos contribuindo para atender no mínimo os 15% das necessidades diárias de energia e de proteínas referidas anteriormente, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Vale ressaltar que o programa pode atuar para mudar o estado nutricional dos escolares, porém é improvável saber em que grau essa mudança se deve ao programa (FAO, 1995).

Nos países desenvolvidos, a alimentação escolar tem o objetivo de atender ao direito da criança, enquanto nos países em desenvolvimento o programa adquire o sentido de combater a fome e a miséria, além de reduzir os indicadores educacionais de evasão e repetência. (PEDRAZA et al., 2006).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar destaca-se por ser o maior programa de suplementação alimentar em todo o mundo, entre os programas com maior tempo de existência em muitos países e uma proposta grandiosa, pois promove a descentralização, a participação social e o desenvolvimento da economia local (PEDRAZA et al., 2006). Com a

descentralização, há maior possibilidade de conhecer o programa, o estado nutricional, a frequência de consumo de alimentos distribuídos no âmbito escolar, o acesso aos demais programas sociais e as preferências alimentares dos alunos (SILVA et al., 2002).

A Lei Federal 8913/94, que regulamentou a descentralização do PNAE e normatizou o repasse dos recursos do programa para os Estados e Municípios também estabeleceu a exigência da constituição dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), definindo sua composição e competências, especialmente quanto à fiscalização e controle da aplicação dos recursos. Registrou-se, ainda, a instrução para a participação desses Conselhos na elaboração dos cardápios, que deveriam, de acordo com a referida lei, respeitar os hábitos alimentares e as vocações agrícolas regionais e, preferencialmente, conter alimentos *in natura* (BRASIL, 1994).

Em 2004, a partir da integração entre governo e sociedade civil o PNAE passou a integrar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 50 anos de existência do Programa está sendo elaborada uma legislação para regulamentar as ações destinadas à alimentação escolar. À medida que o PNAE adquire um caráter estratégico para o desenvolvimento do país, a urgência da lei pode ser fundamentada em três sentidos: na promoção do desenvolvimento local, nas ações de educação alimentar e no estímulo ao controle social. (BRAGA, 2006).

2.5 Educação e combate ao trabalho infantil

Anteriormente aos anos 70 associava-se a erradicação da pobreza à elevação dos níveis gerais de educação formal das pessoas, permitindo melhor qualificação para inserção no mercado de trabalho. Com o fenômeno da inovação tecnológica, reduz-se a necessidade de trabalho humano para o aumento na produtividade. O processo de inovação tecnológica e os meios de comunicação em tempo real têm gerado desemprego estrutural (AGUIAR & ARAÚJO, 2003).

Essas modificações que vêm ocorrendo na organização do trabalho desde os anos 70, entre elas a terceirização, têm trazido conseqüências graves nas condições de vida e trabalho nos diversos grupos da sociedade. Ressalta-se ainda, a situação do trabalho infanto-juvenil, que vem assumindo grande magnitude e proporcionando a milhares de crianças e adolescentes condições de trabalho que além de interferir no seu processo de crescimento e desenvolvimento, os colocam submissos à aquisição de doenças e até mesmo, de seqüelas que acabam sendo irreversíveis para sua vida adulta (MINAYO GOMES & MEIRELLES, 1997).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2004, a taxa era de 7,33% e, em 2005, passou para 7,8%. São mais de 2,9 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos realizando algum tipo de atividade laboral (IBGE, 2004).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2006, apesar da queda em 11% do trabalho infantil brasileiro, ainda existe 2 milhões de crianças trabalhando no país (RADIO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

Esse número preocupante está relacionado à prática, principalmente nas décadas de 80/90, de políticas públicas de caráter economicista que submetem a sociedade civil ao interesse do mercado público ou privado e a exclui de direitos básicos como educação, saúde e habitação, priorizando o empresariado, os bancos e os índices econômicos (CRUZ-NETO & MOREIRA, 1998).

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2006, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aponta que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil melhorou entre os anos de 2003 e 2004 passando de 0,788 para 0,792, resultado que mantém o país entre as 83 nações de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,500 e 0,799), fora, portanto, do grupo de 63 nações de alto desenvolvimento humano, que tem a Noruega no topo pelo sexto ano consecutivo (IDH de 0,965) (NAÇÕES UNIDAS, 2006).

O país recuou uma posição no “ranking” mundial de desenvolvimento humano — saindo da 68ª posição para a 69ª numa lista de 177 países e territórios. O IDH é a síntese de quatro indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, expectativa de vida, taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino (relação entre a população em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior) (NAÇÕES UNIDAS, 2006).

A má distribuição de renda é uma das principais características econômicas da sociedade brasileira e restringe oportunidades de participação social de muitas crianças e famílias. Em decorrência dessa situação de pobreza, um grande número de crianças e adolescentes trabalham em condições de exploração e perigo. Exercem atividades em setores como agricultura, em trabalhos pesados associados à introdução de máquinas modernas e produtos químicos, nas ruas como catadores de lixo, vendedores ambulantes, engraxates e prostitutas, expostas a violência de marginais e da polícia (MINAYO GOMES & MEIRELLES, 1997; AGUIAR & ARAÚJO, 2003).

Na década de 1990, o governo "acordou" para a realidade do trabalho infantil e passou a tomar medidas legais (como a criação do “Estatuto da Criança e do Adolescente”, em 1990) e a instituir políticas públicas na tentativa de solucionar o problema. Alguns dos principais programas governamentais criados com esse objetivo são: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), fundado em 1996, que concede aos pais um benefício mensal de R\$ 25 a R\$ 40 por criança; o Bolsa Escola, instituído em 2001, que supre com uma quantia mínima de R\$ 15 por mês para cada criança matriculada na escola; os Programas Estaduais e Municipais de Renda Mínima, elaborados a partir de 1995, que conferem benefícios diversos; o Bolsa Família, fundado em 2003, que repassa de R\$15,00 a R\$95,00 por família (de acordo com a renda mensal *per capita* da família e do número de crianças), e integra vários

programas, como o Bolsa Escola, Vale-Gás, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação e a partir de 2005 passou a integrar também o PETI (SCHWARTZMAN, 2001).

Para combater as chamadas “piores formas” de trabalho, ou seja, aquelas consideradas penosas, insalubres ou degradantes, o “Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil” implementado no Brasil em 1994, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, além da participação de organizações não-governamentais, empresários, representantes de sindicatos, da Igreja e do poder Judiciário, lançou no 2º semestre de 1996 o “Programa de Ações Integradas”, que direcionou a implementação do “Programa de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil no País” (CARVALHO, 2004).

Inicialmente com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do UNICEF, o Programa começou no município de “Três Lagoas” no Estado do Mato Grosso do Sul. Situado junto à fronteira com o Estado de São Paulo, o município foi selecionado para implementação da experiência - piloto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em janeiro de 1997 pelo fato de empregar grande parte da sua população rural na produção de carvão e devido às denúncias apontando a existência de 2500 crianças trabalhando na produção desse produto. Pouco tempo depois, o Programa se expandiu aos Estados de Pernambuco e da Bahia, privilegiando a zona canavieira e a região do sisal, respectivamente (PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA, 2001; CARVALHO, 2004).

Ao longo dos anos, o PETI se expandiu significativamente, e em 2001 atendia 810.769 crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade, beneficiando 2.590 municípios. O Programa prioriza as famílias com *renda per capita* de até meio salário mínimo, ou seja, aquelas que vivem em situação de pobreza extrema. A família inserida no PETI recebe uma bolsa mensal para cada filho que seja retirado do trabalho. Para isso, as crianças e adolescentes devem estar

freqüentando a escola e a “jornada ampliada”, ou seja, em um período eles devem ir à escola e no outro, participar das ações da “jornada ampliada”, onde terão reforço escolar e atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer (BRASIL, 2004; CARVALHO, 2004).

Na área rural, o valor da bolsa é de R\$ 25,00 por criança e adolescente de 7 a 15 anos que for efetivamente retirado do trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante. Na área urbana, o valor da bolsa é de R\$ 40,00 por criança e adolescente de 7 a 15 anos que efetivamente for retirado do trabalho. Esse valor pode ser adotado apenas nas capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250.000 habitantes. Nos demais municípios, o valor da bolsa é de R\$ 25,00 *per capita* (BRASIL, 2004).

A família, como núcleo natural e fundamental da sociedade, é, sob a ótica da assistência social, o lugar por excelência de proteção e inclusão social. Nessa perspectiva, o trabalho direcionado ao grupo familiar deve se desenvolver em interface com os serviços das demais políticas públicas, estabelecendo-se um sistema de rede que possa desenvolver algumas das seguintes ações/serviços/programas: apoio socioeducativo, complementação de renda familiar, programas de geração de trabalho e renda, programas de socialização e lazer voltados à ampliação e ao fortalecimento de vínculos relacionais e à convivência comunitária, dentre outros; além de ações assistenciais que favoreçam o fortalecimento dos laços familiares, criem espaços de socialização e construção de identidades e permitam ainda que o grupo familiar se perceba como ente participativo e sujeito de direito aos bens e serviços produzidos pela comunidade (BRASIL, 2004).

Em nível federal, o PETI firmou ainda, parceria com o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda – PRONAGER, que visa gerar ocupação produtiva e renda para os chamados “excluídos” sociais, potencializando todos os recursos e vocações econômicas da comunidade. O PRONAGER parte da capacitação de pessoas desempregadas e/ou subempregadas, para sua organização em empresas, associações e cooperativas de produção

de bens e/ou serviços, com competitividade no mercado. A parceria com o PETI permite o acesso prioritário das famílias das crianças e adolescentes ao PRONAGER, de modo a possibilitar a inserção econômica e social das mesmas, contribuindo para a superação de sua situação de pobreza. Com isso espera-se a inserção social das famílias inseridas no PETI, que estão excluídas dos mecanismos comuns de formação profissional, do acesso ao crédito e do processo de produção e consumo de bens, de modo a contribuir para a redução das desigualdades sociais (BRASIL, 2004).

O alto grau de desigualdade está fortemente associado à fraca estrutura educacional brasileira. Apesar da elevação das matrículas nos últimos 10 anos, ainda se convive com altas taxas de evasão escolar no ensino fundamental. Consequentemente o ensino médio é alcançado por uma minoria. Segundo dados de 1999 apenas 32,6% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam inseridos neste nível escolar (AGUIAR & ARAÚJO, 2003).

A Constituição Federal estabelece que a educação é um "direito de todos e dever do Estado e da Família", sendo "promovida e incentivada com a colaboração da sociedade". O acesso à escola de qualidade significa, de forma imediata, acesso a um direito social da educação e pode significar em médio e longo prazo, ganhos nos direitos políticos e civis (AGUIAR & ARAÚJO, 2003).

REFERÊNCIAS

AGUIAR M; ARAÚJO C.H. **Bolsa-escola educação para enfrentar a pobreza**. 2^a ed. Brasília: Unesco, 2003. 151 p.

BATISTA FILHO M. EDITORIAL. Projeto Fome Zero: a importância da divulgação científica dos seus resultados. Editorial. **Rev. Bras. Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 3, n.1, p.7-8, jan/mar. 2003.

BATISTA FILHO, M. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.4, p. 872-873, jul./ago. 2003.

BELIK W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Rev. Saúde e Sociedade**. São Paulo. v.12, n.1, p.12-20, jan/jul. 2003.

BONFIM, J.B.B. **A fome no Brasil**: o que se diz, o que se fez, o que fazer. Artigo baseado na dissertação de mestrado *O discurso da mídia sobre a fome*, UnB, 2000. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/especiais/AfomenoBrasil.pdf>> Acesso em dez. 2006.

BRAGA, V. Alimentação escolar (e nutricional), agora é lei. **Jornal da Cidadania**, nº 135, jun. 2006. Portal IBASE. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1342>> Acesso em nov. 2006.

BRASIL. Lei nº 8913 de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v.132, n.1, p.30, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1999. [citado em maio/2003]. Disponível em <<http://www.mesabrazil.sesc.com.br/Artigos/PNAN.pdf>> Acesso em ago. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. **Cartilha do PETI**, Brasília 2004. 31 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <www.fnde.gov.br/home> Acesso em: set. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. **Avaliação do Programa Bolsa-Alimentação**. Segunda fase. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 117 p. Série C. Projetos, Programas e Relatórios.

BURLANDY, L; MAGALHÃES, R. Segurança, seguridade e direito: as diferentes faces da questão alimentar e nutricional. **Observatório da Cidadania**, p. 60-66, 2004.

Disponível em:
<http://www.socialwatch.org/es/informeImpreso/pdfs/panorbrasileirod2004_bra.pdf>
Acesso em out. 2006

CASTRO, J. Serviço técnico de alimentação nacional e os arquivos brasileiros de nutrição. **Arq. Bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, 1944. Editorial.

CARVALHO, I.M.M. Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. **Sao Paulo em Perspec**, Fundação SEADE, v.18, n.4, p. 50-61, 2004.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2., 2004. Olinda-PE. Anais. São Paulo: CONSEA, 2004. 103 p.

CRUZ NETO, O; MOREIRA, M.R. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 437-441, abr/jun, 1998.

DOMENE, S.M.A. Indicadores nutricionais e políticas públicas. **Estudos Avançados**, USP, v.17, n.48, p, 2003.

FAO. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. La alimentación y la nutrición en la gestión de programas de alimentación de grupos. **Estudio FAO: Alimentación y Nutrición N^o 23 Rev 1**. Roma: FAO; 1995.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Diretrizes Voluntárias** em apoio à realização progressiva do direito humano a alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional. Adotada 127ª Sessão do Conselho da FAO, Novembro. Roma, 2004. Brasília, DF, Brasil, 2005

FAO. ESCRITÓRIO REGIONAL DA FAO PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE, SANTIAGO, CHILE. **Brasil, Fome Zero: Lições principais**. Documento de trabalho, vídeo conferência. Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, Peru e Venezuela. 14 de agosto de 2006. Brasília. Escritório regional da FAO para América Latina e o Caribe, Santiago, Chile. 14 p.

GALEAZZI, M.A.M. **Segurança Alimentar e Cidadania**. A contribuição das Universidades Paulistas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996. 352 p.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD**. Segurança Alimentar 2004. Rio de Janeiro, 2006. 140 p.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. I. Período de 1940 a 1964. **Rev. Nutr. PUCCAMP**, Campinas, v.1, n.2, p.87 – 138, jul./dez., 1988.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil. II. A partir dos anos setenta. **Rev. Nutr. PUCCAMP**, Campinas, v.2, n.1, p.7 – 54, jan./jun., 1989.

LEI DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (LOSAN). CONSEA. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/Eventos>> Acesso em jan. 2007.

MALUF, R.S.; MENEZES, F; VALENTE, F.L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Rev. Cadernos de Debate**, UNICAMP, v.4, p.66-88, 1996.

MINAYO-GOMEZ, C; MEIRELLES, Z.V. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 13, Supl. 2:135-140, 1997.

NOTAS e informações. Serviço técnico da alimentação nacional, organização e finalidades. **Arq. Bras. Nutr.**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 75-80, 1944.

NAÇÕES UNIDAS. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD**. Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano, 2006. 1.101 p.

OMETTO, A.M.H, et al. Programa nacional de alimentação escolar: principais componentes dos custos e seus determinantes. **Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.** São Paulo, v. 26, p. 19-36, dez., 2003.

PEDRAZA D.F.; ANDRADE S.L.L.S. A alimentação escolar analisada no contexto de um programa de alimentação e nutrição. **Rev. Bras. em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 19, n.3, p.164-174, 2006.

PESSANHA, L.D.R. A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento – breve histórico. **Cadernos de Debate**, Campinas, SP, v. XI, p. 1-37, dez. 2004.

PROJETO Fome Zero. **Instituto da Cidadania**. 3ª versão, 2002.

PROGRAMA Gestão pública e cidadania. Da fumaça preta ao quadro negro Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Três Lagoas (MS). **Histórias de um Brasil que funciona** - Ciclo de Premiação, 2001. 94 p.

RÁDIO das Nações Unidas. Conectando a ONU com todos os povos do mundo. OIT quer erradicar o trabalho infantil no mundo. 16.06.2006. Disponível em: <<http://radio.un.org/por/story.asp?NewsID=462>> Acesso em jan. 2006.

SILVA, A.C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos avançados**, São Paulo, v.9, n.23, p. 87-107, 1995.

SILVA, M.V. A trajetória do Programa de Merenda Escolar (1954-1994) e o estado nutricional de crianças brasileiras. **Cadernos de Nutrição**, v. 11, p. 31-49, 1996.

SILVA, M.V. Programa de Alimentação Escolar no Brasil: limitações e evolução nas décadas de 80 e 90. **Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.** São Paulo, v.19/20, p. 65-85, 2000.

SILVA, M. V.; STURION, G. L. Freqüência à creche e outros condicionantes do estado nutricional infantil. **Revista Nutrição**, v. 11, n. 1, p. 58-68, 1998.

SILVA, M.V, et al.Estado nutricional de escolares e seu acesso a programas sociais em dez municípios brasileiros. **Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.** São Paulo, v.23, p.33-53, jun., 2002.

STEFANINI, M.L.R. **Merenda Escolar**: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. 105 p. Tese (Doutorado em Nutrição). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

STOLASK, M.C. **Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil**: análise de uma política pública no período de 2003-2004. 160 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SCHWARTZMAN, S. O trabalho infantil no Brasil. **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. Brasília, 2001. 16 P.

TONIAL, S.R. **Desnutrição e Obesidade** Faces contraditórias na miséria e na abundância. Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP), Recife, 2001. 180 p.

VALENTE, F.L.S. Do combate a fome à segurança alimentar e nutricional: o direito a alimentação adequada. **Rev. Nutr. PUCCAMP**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 20-36, jan./jun., 1997.

VALENTE, F.L.S. A política de insegurança alimentar e nutricional no Brasil de 1995 a 2002. **Documento do Fome Zero**. Disponível em <www.fomezero.gov.br/documentos> Acesso em nov. 2006. 19 p.

VALENTE, F.L.S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Rev. Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 12, n.1, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://apsp.org.br/saudesociedade/>>

VASCONCELOS, F.A.G. **Como nasceram meus anjos brancos**. A constituição do campo da Nutrição em Saúde Pública em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2001. 174 p.

VASCONCELOS, F.A.G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Rev. Nutr.** Campinas, v. 15, n. 2, p. 127-138, mai/ago. 2002.

VASCONCELOS, F.A.G. Combate a fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago., 2005.

WEIS, B.; CHAIM, N.A.; BELIK W. **Manual de gestão eficiente da merenda escolar**. Projeto gestão da Merenda Escolar. 2 ed. São Paulo: Apoio Fome Zero. Associação de Apoio à Política de Segurança Alimentar , 2005. Disponível em <www.apoiofomezero.org.br> Acesso em out. 2006.

YASBEK MC. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004.

Artigo

3. ARTIGO – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS (PETI E PNAE): COBERTURA, PARTICIPAÇÃO DOS ESCOLARES E/OU RESPONSÁVEIS E PERCEPÇÃO DOS EXECUTORES DOS PROGRAMAS. GAMELEIRA - PE

RESUMO

OBJETIVO: Avaliar os programas sociais destinados aos escolares: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em micro-áreas de risco do município da Gameleira, Zona da Mata Meridional do Estado de Pernambuco.

METODOLOGIA: A amostra constitui-se de 249 famílias de escolares, totalizando 504 crianças e adolescentes com idade entre 7-14 anos, de conglomerados urbanos e rurais do município da Gameleira. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário, e a análise e avaliação do estado nutricional, foram respectivamente, realizados através dos programas de computador Epi info 6.04, e o *software* Epinut.

RESULTADOS: A cobertura dos dois Programas mostrou-se mais efetiva entre os escolares do estrato urbano, entretanto a frequência de distribuição da alimentação escolar era feita de forma irregular, principalmente no setor rural, que apresentou as piores situações nutricionais e socioeconômicas entre os que não recebiam ou recebiam esporadicamente a alimentação escolar.

CONCLUSÃO: A insuficiente abrangência do PETI e do PNAE, e a frequência irregular de distribuição da merenda, retratam a contradição entre o preconizado e a realidade no município estudado. Espera-se que esses resultados possam servir de subsídios para que os Programas atendam de fato os objetivos a que são propostos.

Termos de Indexação: Avaliação, Políticas e Programas, PETI, PNAE, Escolares.

3. ARTICLE – GOVERNMENTAL PROGRAMS (CWEP AND NSFP) – COVER, STUDENTS AND GUARANTORS' PARTICIPATION, AND PERCEPTION OF EXECUTORS. GAMELEIRA – PE.

SUMMARY

OBJECTIVE: Evaluate the social programs destined to the students: National School Feeding Program (NSFP) and Children Work Eradication Program (CWEP) in risky micro-areas of Gameleira town, South Coast Zone of Pernambuco State.

METHODOLOGY: The sample is constituted of 249 families of students, totalizing 504 children and teenagers aging 7-14, from urban and rural conglomerates of Gameleira town. The instrument used to the data base collection has been the questionnaire and the analysis of the nutritional state evaluation, which were, respectively, realized through the Epi info 6.04-computer program, and the Epinut software.

RESULTS: The cover on the two Programs has been shown more effective among students of the urban stratification, however, the frequency of the school feeding distribution was done in an irregular way, mainly in the rural sector, which presented the worst social-economical situation in the stratification of those that did not receive the school food or rarely did.

CONCLUSION: The insufficient range of School Feeding Program (SPF), as well as the irregular frequency of food distribution portray the contradiction between what has been established by the Program and the financial reality of the target town. It is expected that these results may serve as subsidy so that the SPF meets, as a matter of fact, the objectives proposed.

Index Terms: Evaluation, Politics and Programs, NSFP, CWEP, Students.

3.1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país em processo de desenvolvimento e como tal apresenta problemas de subdesenvolvimento, como pobreza, desigualdade e exclusão social, com milhares de crianças fora da escola e sem perspectivas de melhora nas condições de vida (CARVALHO, 2004).

Perversas e persistentes, as desigualdades sociais e a pobreza atingem particularmente, a população infanto-juvenil do país. Conforme o último Censo Demográfico, 45% dessa população pertencia a famílias com uma renda *per capita* de até meio salário mínimo, percentual que se elevava especialmente nos Estados menos desenvolvidos do Norte e Nordeste (CARVALHO, 2004).

Os resultados da pesquisa suplementar, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, apresentados pelo IBGE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mostraram que em todas as regiões do país a prevalência de insegurança alimentar foi maior nos domicílios com pessoas menores de 18 anos de idade (IBGE, 2006).

Com o intuito de reduzir ou até mesmo erradicar este quadro, destacam-se políticas públicas que investem na educação das crianças e na melhoria das condições materiais de vida de suas famílias. Frequentar a escola significa a curto prazo, acesso ao direito social da educação e a médio e longo prazos, ganhos nos direitos políticos e civis. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) mais conhecido como Programa da Merenda Escolar (PME) ou Programa de Alimentação Escolar (PAE), são dois programas importantes no que diz respeito a crianças e adolescentes na faixa etária de 7 e 14 anos (MENEZES NETO, 2002).

Segundo dados da PNAD, 11,8 % das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalhavam no Brasil, no ano de 2004. O envolvimento infantil em atividades econômicas

apresentou diferenças regionais importantes, sendo a região Nordeste a que deteve o maior percentual de ocupação de crianças e adolescentes (14,8%) quando comparada ao restante das regiões do país (IBGE, 2004).

Programa do Governo Federal fundado em 1996, o PETI tem como objetivo retirar crianças e adolescentes, de 7 a 15 anos de idade, do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança. O PETI prioriza as famílias com *renda per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e concede aos pais das crianças bolsas mensais que variam de R\$ 25 a R\$ 40 por criança (BRASIL, 2004).

Para o recebimento da bolsa do PETI é necessário, que seja cumprida a frequência mínima de 75% na escola e na “jornada ampliada” (atividade socioeducativa desenvolvida em horário complementar ao da escola), caso contrário, suspende-se o pagamento até que a frequência exigida seja alcançada (UNICEF, 2004).

Apesar de o Programa visar a retirada das crianças e dos adolescentes do trabalho, o “alvo de atenção” é a família, que deve ser trabalhada por meio de ações socioeducativas e de geração de trabalho e renda que contribuam para o seu processo de emancipação, para sua promoção e inclusão social, tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento social (BRASIL, 2004).

A ONU estima que dentre 300 milhões de crianças que padecem de fome crônica em todo o mundo, 170 milhões têm de estudar de estômago vazio porque não recebem merenda escolar. Ainda segundo a ONU, quando a escola oferece alimentação, a frequência escolar dobra no prazo de um ano (WEIS, et al., 2005).

Diferente dos países desenvolvidos, onde a alimentação escolar tem o único objetivo de atender ao direito da criança, nos países subdesenvolvidos se vive uma não-cidadania (falta de direitos) regida por carência de privilégios, fazendo com que os programas adquiram o

sentido de combate à fome e à miséria. Deve-se ressaltar que a alimentação escolar é incapaz de solucionar a problemática do fracasso escolar, porém tem uma grande importância, na hora em que facilita o rendimento do aluno e reduz os indicadores de evasão e repetência (PEDRAZA et al., 2006).

Programa do Governo Federal de âmbito nacional, o PNAE tem o objetivo de assegurar que sejam supridas, parcialmente, as necessidades nutricionais das crianças de escolas públicas e filantrópicas, o que, além de lhes assegurar melhores condições de crescimento, pode contribuir para a redução dos índices de evasão e para a formação de bons hábitos alimentares, dentro da política de Segurança Alimentar e Nutricional (WEIS, et al., 2004).

Para fiscalizar a aplicação dos recursos federais ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, zelar pela qualidade dos produtos da alimentação escolar, entre outras atribuições, cada município deve ter instituído o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), um canal de comunicação entre a sociedade e as entidades que executam, coordenam e monitoram o Programa (WEIS, et al., 2005).

O PNAE é o maior programa mundial em seu gênero. Com mais de meio século de existência é um dos que mais absorve recursos nas últimas décadas, entretanto passou por raras avaliações visando conhecer a sua real cobertura e seu impacto sobre o estado nutricional de seus beneficiários (SILVA, 1999).

Assegurar o acesso permanente das crianças e adolescentes à escola é garantir uma educação de qualidade, que ao lado de outras políticas sociais, opera transformações na realidade cotidiana das famílias que vivem em áreas consideradas de risco, como é o caso da Zona da Mata do Nordeste.

3.2 OBJETIVOS

3.2.1 Geral

- Avaliar a cobertura dos programas sociais destinados aos escolares: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em micro-áreas de risco do município da Gameleira, Zona da Mata Meridional do Estado de Pernambuco.

3.2.2 Específicos

- Caracterizar a amostra segundo condições de habitação, aspectos demográficos e socioeconômicos;
- Determinar o percentual de crianças em idade escolar (7-14 anos) regularmente matriculadas;
- Identificar o percentual de cobertura do PETI, e verificar o número de crianças que realizavam atividade laboral para complementar a renda familiar;
- Verificar a participação dos escolares no Programa de Alimentação Escolar (PAE), assim como a frequência de distribuição e a aceitação das refeições oferecidas nas escolas;
- Associar a frequência de distribuição da alimentação escolar com o estado nutricional dos escolares, assim como, com o grau de instrução dos pais ou responsáveis, renda e participação das famílias no Programa Bolsa Família;
- Descrever as dificuldades de execução do PAE, a partir de relatos através de entrevistas gravadas ou de questionários aplicados aos executores do programa (Secretária de Educação, Cultura e Esportes, Educadoras e Merendeiras) e de observação “in loco” relacionada à estrutura física das áreas de produção da merenda.

3.3 METODOLOGIA

3.3.1 Local do estudo

O estudo foi realizado no município da Gameleira, Zona da Mata Meridional do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, cuja população residente total segundo o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), era de 24.003 habitantes, sendo 16.663 (69,4%) na zona urbana e 7.340 (30,6%) na zona rural. Estimativas do IBGE mostram que no ano de 2005 a população aumentou para aproximadamente 26.736 habitantes. A área de unidade territorial do município é de 258 km² e dista 99 km da capital Pernambucana. (IBGE, 2005)

A região com a agropecuária como atividade predominante, tem a economia baseada na agricultura e o cultivo da cana-de-açúcar com principal atividade. No município também se destaca o comércio varejista. Os principais produtos agrícolas são: batata-doce, banana, laranja, cana-de-açúcar e mandioca.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil / PNUD (2000) a cidade apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,50, obtido através da média aritmética simples de três subíndices, referentes às dimensões de longevidade, educação e renda. Este índice situa o município em 132^o lugar no “ranking” estadual e em 4837^o no nacional. (BRASIL, 2005).

3.3.2 Desenvolvimento do estudo

A primeira etapa do estudo faz parte da pesquisa *Avaliação da Situação Alimentar e Nutricional e seus Fatores Determinantes em Conglomerados Urbanos e Rurais do Nordeste*, realizada no município da Gameleira na Zona da Mata Meridional do Estado de Pernambuco, escolhido em função do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da perspectiva posterior de implantação de projeto de intervenção relacionado aos objetivos básicos de Segurança Alimentar e Nutricional. Constou de um levantamento de dados socioeconômicos, de saúde, nutrição e

alimentação das famílias, produção agrícola e agropecuária, renda familiar mensal e despesas, etc, mediante visitas domiciliares realizadas entre os meses de janeiro e julho de 2005.

O retorno ao município em maio de 2006, para visitas às escolas, fez parte de uma segunda etapa do estudo, uma vez que para a execução dos objetivos propostos era importante o conhecimento acerca da estrutura das escolas no que diz respeito à execução do Programa de Alimentação Escolar (PAE), assim como informações advindas dos executores do programa, referentes ao funcionamento do mesmo e às dificuldades enfrentadas.

3.3.3 Desenho do estudo

Trata-se de um estudo transversal com amostra de populações urbanas e rurais, de modo a representar um sítio sentinela para seguimento da situação basal e avaliar eventuais resultados de intervenções na área de produção agropecuária e de educação nutricional.

3.3.4 Tamanho e procedimento amostral

A escolha da amostra para a primeira fase do estudo teve como objetivo conglomerados urbanos e rurais reconhecidamente de áreas críticas com relação à Segurança Alimentar e Nutricional, de modo a garantir consistência estatística para comparações entre estes espaços, bem como estratificações para teste de hipóteses de fatores de riscos biológicos, socioeconômicos e ambientais, sendo definido um mínimo de 250 famílias por conglomerado urbano e rural do município, com acréscimo de 10% de domicílios na amostra para os casos de perdas. A pesquisa foi realizada com 502 famílias distribuídas entre as áreas urbana (n = 251) e rural (n=251) do município da Gameleira. O sorteio da unidade amostral (domicílio) em cada uma das áreas geográficas se procedeu em três estágios, considerando sucessivamente: conglomerados urbano / rural, setor censitário e domicílio.

Para a etapa de visita as escolas da rede pública de ensino, a amostra incluiu as escolas dos conglomerados urbanos e rurais anteriormente sorteados e visitados. A localização das

escolas avaliadas tiveram base na listagem dos estabelecimentos com o respectivo número de alunos, concedida pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

3.3.5 População de estudo

Escolares de 7 a 14 anos e seus responsáveis, residentes nos conglomerados urbanos e rurais do município da Gameleira – PE, 2005.

3.3.6 Variáveis estudadas

Inicialmente as variáveis estudadas foram àquelas relacionadas ao número de crianças presentes nos domicílios com idade entre 7 e 14 anos que freqüentavam a escola e participavam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa de Alimentação Escolar (PAE). Com a variável indicativa da freqüência com que estas crianças eram beneficiadas pela alimentação nas escolas, fez-se a relação por faixa etária e estado nutricional das mesmas, para cada um dos estratos. A freqüência da alimentação nas escolas também foi associada ao nível de instrução (alfabetização e anos de estudo) dos chefes dos domicílios de cada escolar, e ainda ao nível de renda e participação no Programa Bolsa Família (PBF) por domicílio visitado.

3.3.7 Trabalho de Campo

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário, que na primeira etapa da pesquisa constou de registro dos membros da família, das condições socioeconômicas e de nutrição das crianças entre outros (Anexo 1) e da participação no Programa Bolsa Família (PBF), Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Programa de Alimentação Escolar (PAE), (Anexo 2). Para o trabalho de campo a pesquisa contou com seis técnicos pré-selecionados por seus currículos e capacitados pelo

Departamento de Nutrição da UFPE, mediante treinamento de 40 horas. Também foram realizadas experiências práticas sobre o preenchimento dos questionários, coleta de dados e aferição das medidas antropométricas.

No estudo piloto foram entrevistadas 30 famílias. Nesta ocasião, além de testar o instrumento de coleta, colocou-se em prática a logística do trabalho de campo, a fim de verificar a sua exeqüibilidade.

O acesso ao domicílio foi realizado com o consentimento do chefe da família. Para a realização da avaliação antropométrica do grupo de crianças e adolescentes em idade escolar foi preciso o consentimento do pai ou responsável (Anexo 3).

Para a pesagem desse mesmo grupo, foi utilizada a balança digital marca Filizola, com capacidade para 150 kg e graduação de 100 g. A aferição da estatura foi efetuada através da fita Stanley com amplitude de 200 cm e subdivisões de 1 cm.

Foram aferidas duas medidas de peso e altura e anotadas no formulário específico. A média de cada medida foi usada para a análise. Os entrevistadores trabalharam em duplas na aferição das medidas antropométricas. As crianças e adolescentes foram pesados e medidos sem sapatos, usando vestuária mínima.

Na avaliação antropométrica foram utilizadas as relações peso/idade e altura/idade segundo a distribuição em scores-Z, baseada nas curvas-padrão de crescimento desenvolvidas pelo National Center for Health Statistics (NCHS, 1976; NCHS, 1977) e recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 1980; WHO, 1986; WHO, 1995). Foram considerados os seguintes critérios:

- < -2 SZ = desnutrição grave e moderada
- -2 SZ a < -1 SZ = risco nutricional
- ≥ -1 SZ = eutrófico

Ao final de cada dia de trabalho, os entrevistadores revisavam e codificavam os questionários no próprio setor, visando detectar falhas de preenchimento, permitindo o retorno imediato ao domicílio para complementar e/ou corrigir os dados.

Ao término do trabalho de campo, os questionários foram enviados ao Departamento de Nutrição para uma segunda revisão por parte da equipe técnica.

Antes de iniciar a segunda etapa do estudo fez-se uma reunião com aplicação de um formulário (Anexo 4) às professoras das escolas do município, para verificar as principais dificuldades no que diz respeito ao PAE na região.

Em outro momento do estudo, contando com o apoio de dois técnicos do Departamento de Nutrição da UFPE além da autora da presente pesquisa, efetuou-se uma entrevista gravada com a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, seguindo um roteiro pré-estabelecido (Anexo 5). Com o intuito de verificar as dificuldades encontradas por membros executores do Programa de Alimentação Escolar (PAE) no município, foram aplicados questionários os quais foram respondidos pelos diretores das escolas e pelas merendeiras (Anexos 6 e 7). Realizou-se, também, uma observação “in loco” dos recursos físicos, humanos e operacionais das áreas de preparo e distribuição das refeições nas escolas através de “check lists” (Anexo 8).

3.3.8 Análise estatística

Os dados foram digitados em dupla entrada. Para o seu processamento, foram utilizados os programas de computador Epi Info, versão 6.04. A avaliação antropométrica foi realizada mediante o *software* Epinut do programa Epi Info (Epi Info, 1994).

3.3.9 Considerações éticas

O projeto, em sua primeira etapa, foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (Anexo 9), que tem por finalidade atender às normas regulamentares de pesquisas envolvendo seres humanos – Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Ao chegar no domicílio, antes da aplicação do questionário, o entrevistador explicava ao entrevistado os objetivos da pesquisa. Também foram prestados esclarecimentos sobre a confidencialidade dos dados. O termo de consentimento livre e esclarecido era então assinado após a concordância do entrevistado em responder as questões.

Na segunda etapa, as visitas às escolas foram realizadas com o consentimento da Secretária de Educação, Cultura e Esporte, do Município, Prof^a Almerinda Lopes da Silva, e as entrevistas com os executores do Programa efetuadas e gravadas com a permissão dos mesmos.

3.4 RESULTADOS

3.4.1 Caracterização da amostra

Inicialmente, verificando-se as condições de moradia nas quais viviam as famílias entrevistadas, constatou-se que as mesmas residiam em casas onde o regime de ocupação era próprio na área urbana (68,3%) ou do tipo cedido ou invadido no setor rural (65,6%), com média de 6 a 8 pessoas por residência em ambos os estratos geográficos; as paredes eram de alvenaria/tijolo nos estratos urbano e rural (78,4% e 54,4% respectivamente), e o piso de cerâmica, lajota ou cimento também nos dois estratos geográficos (80,8% e 80% respectivamente).

Cerca de 67,5% das moradias do interior urbano eram ligadas à rede geral de abastecimento de água, enquanto 88% do interior rural dependiam de outros meios de abastecimento, como poço, nascente, cisterna, cacimba ou chafariz. A água utilizada para consumo era, na maioria das casas, coada ou sem tratamento, com percentuais de 60% no setor urbano e 79,2% no rural. No estrato urbano, o esgotamento sanitário era coberto pela rede geral ou fossa com tampa em 74,2% dos domicílios, e 55% da população pesquisada era beneficiada pelo sistema de coleta de lixo. Nos domicílios da área rural, 73,6% possuíam fossa sem tampa, ou utilizavam cursos de água para deposição dos dejetos, e o lixo em 99,2% dos casos era queimado ou depositado em terrenos baldios.

3.4.2 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Das 502 famílias visitadas, 249 abrigavam crianças em idade escolar (com variação de 1 a 4 ou mais crianças por família) e estavam distribuídas homoganeamente entre os dois setores (49,4% urbano e 50,6% rural). Em apenas 4 destas famílias as crianças não freqüentavam a escola, totalizando uma amostra de 504 escolares.

Na tabela 1 constata-se que em 245 (98,4%) dos domicílios as crianças estavam regularmente matriculadas, sendo que em três, elas freqüentavam a escola e trabalhavam. Das quatro residências onde as crianças não freqüentavam a escola, elas exerciam alguma atividade para auxiliar na renda doméstica (cuidavam de animais, “pediam esmola junto com a mãe” e ajudavam na padaria). Quanto à distribuição intradomiciliar do número de escolares/família, pode-se observar que o setor rural, com uma maior relação criança/família, apresentou diferença estatisticamente significativa quando comparado ao setor urbano ($p<0,001$).

Ainda na tabela 1, com relação ao apoio financeiro fornecido pelo PETI para que as crianças na faixa etária de 7 a 14 anos não exercessem nenhuma atividade fora do lar apenas freqüentassem a escola, este foi significativamente maior na zona rural (68,8%) que na zona urbana (40,8%) com valor de $p<0,001$. Quanto a opinião das mães sobre o PETI, 90,8% o classificaram de “bom”.

Tabela 1 – Distribuição das famílias com crianças de 7 a 14 anos freqüentando a escola, relação escolares/família, participantes do PETI e opinião das mães sobre o Programa, segundo a situação do domicílio. Gameleira – PE, 2005.

Especificações	Total		Urbano		Rural	
	n=249	%	n=123	%	n=126	%
Freqüenta escola						
Sim	242	97,2	119	96,8	123	97,6
<i>Estuda e trabalha</i>	3	1,2	1	0,8	2	1,6
Não	4	1,6	3	2,4	1	0,8
N^o escolares / família *	(n=245)		(n=120)		(n=125)	
1	81	33,1	54	45,0	27	21,6
2 – 3	122	49,8	54	45,0	68	54,4
4 e mais	42	17,1	12	10,0	30	24,0
Beneficiários do PETI *						
Sim	135	55,1	49	40,8	86	68,8
Não	110	44,9	71	59,2	39	31,2
Opinião das mães sobre o PETI	(n=249)		(n=123)		(n=126)	
Bom	226	90,8	112	91,0	114	90,5
Ruim	2	0,8	1	0,8	1	0,8
Outra	14	5,6	5	4,1	9	7,1
Não conhece	7	2,8	5	4,1	2	1,6

* $p < 0,001$

3.4.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A tabela 2 apresenta dados relacionados ao Programa de Alimentação Escolar (PAE) e a aceitabilidade dos alimentos fornecidos pelo Programa por parte dos alunos. Quanto ao número de beneficiados por estrato geográfico, pôde-se observar diferença estatisticamente significativa ($p < 0,001$), sendo o percentual de famílias com quatro e mais crianças do setor rural superior em mais de três ao do urbano.

Apesar da informação que 90,6% das crianças recebiam alimentação escolar, esta não era distribuída de forma regular, apresentando uma significância estatística quando comparadas às frequências de distribuição entre os setores urbano e rural ($p < 0,001$), com maiores percentuais de frequência diária para o setor urbano (55,8%) em contraste com o setor rural que apresentou percentuais três vezes mais elevados para a variável 1 vez por semana / esporadicamente (33%) quando comparado ao setor urbano (10,6%). Quanto ao terceiro aspecto abordado na tabela, 88,7% das crianças demonstraram boa aceitação ao alimento oferecido (86,7% na área urbana e 90,8% na rural). Entre aqueles não bem aceitos, referiram: bolacha, angu e biscoito, no setor urbano, e macarrão, soja, salsicha e feijão, no setor rural.

Tabela 2 – Distribuição das famílias com crianças de 7 a 14 anos beneficiadas pelo PAE, frequência de distribuição dos alimentos e sua aceitação por parte dos escolares, segundo a situação do domicílio. Gameleira – PE, 2005

Especificações	Total		Urbano		Rural	
	n=245	%	n=120	%	n=125	%
Famílias com crianças beneficiadas pelo PAE						
<i>Sim*</i>	222	90,6	113	94,2	109	87,2
1	82	36,9	56	49,6	26	23,8
2 – 3	104	46,9	49	43,4	55	50,5
4 e mais	36	16,2	8	7,1	28	25,7
<i>Não</i>	23	9,4	7	5,8	16	12,8
Distribuição da alimentação*	(n= 222)		(n= 113)		(n=109)	
Diariamente	114	51,4	63	55,8	51	46,8
2 – 3 vezes/ semana	60	27,0	38	33,6	22	20,2
1 vez/sem/ esporádico/ não sabe	48	21,6	12	10,6	36	33,0
Aceitabilidade da alimentação pelos alunos	(n= 222)		(n= 113)		(n=109)	
Sim	197	88,7	98	86,7	99	90,8
Não	25	11,3	15	13,3	10	9,2

* $p < 0,001$

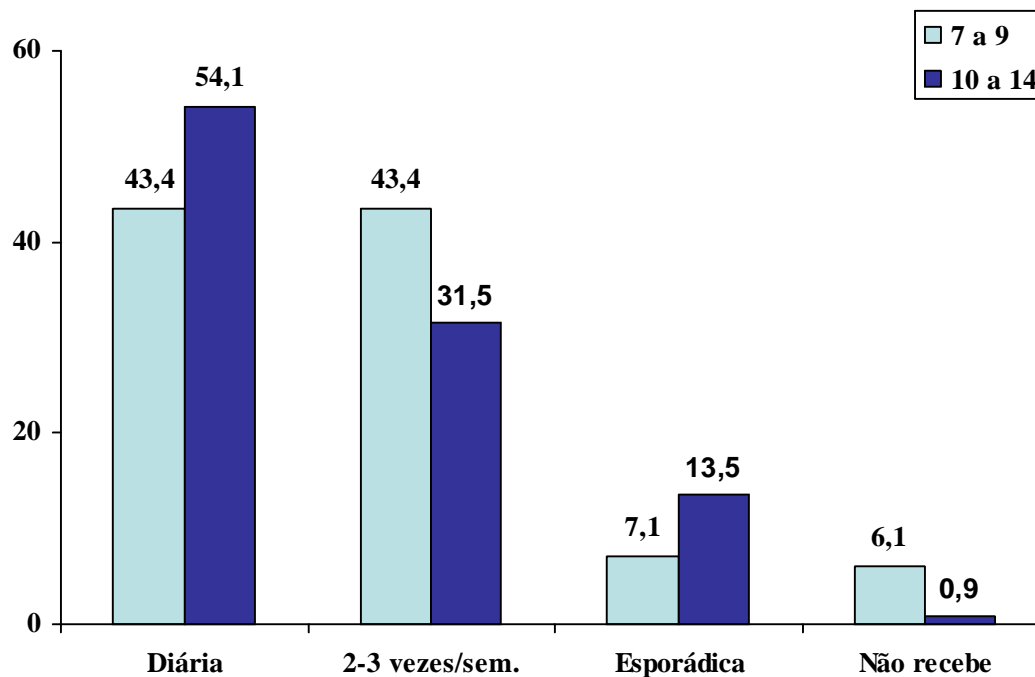
Os gráficos e tabelas a seguir apresentam dados relacionados a totalidade dos escolares (n=504), representando os estratos urbano (n=210) e rural (n=294).

3.4.4 Frequência da distribuição da alimentação escolar vs faixa etária das crianças

Os gráficos 1 e 2 apresentam a frequência com que a alimentação fornecida pelo PAE era distribuída aos escolares, de acordo com a faixa etária e o estrato geográfico (urbano e rural).

No setor urbano (gráfico 1) observou-se que os escolares de 10 a 14 anos usufruíam mais da alimentação diária que os de 7 a 9 anos, o mesmo ocorrendo com aquela que era oferecida esporadicamente. Com frequência de 2 a 3 vezes por semana, os de 7 a 9 anos eram mais assistidos. A associação entre as variáveis testadas apresentou-se estatisticamente significativa ($p=0,002$).

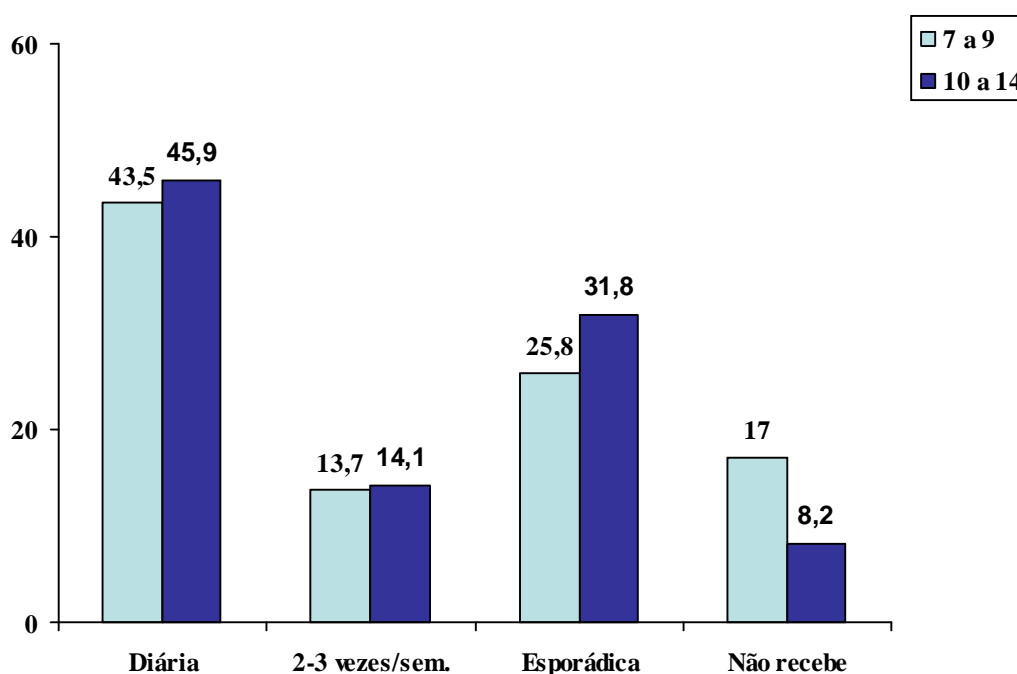
Gráfico 1 – Distribuição dos escolares de 7 a 14 anos de acordo com a frequência da alimentação escolar no interior urbano. Gameleira-PE, 2005



$p<0,002$

No setor rural (gráfico 2), as três categorias de distribuição da alimentação escolar foram mais acentuadas na faixa etária de 10 a 14 anos, embora sem diferenças estatisticamente significantes entre as variáveis estudadas (frequência de distribuição de alimentos vs faixas etárias).

Gráfico 2 – Distribuição dos escolares de 7 a 14 anos de acordo com a frequência da alimentação escolar no interior rural. Gameleira-PE, 2005



3.4.5 Frequência da distribuição da alimentação escolar vs estado nutricional das crianças

A tabela 3 apresenta a associação entre o estado nutricional das crianças de 7 a 14 anos e a frequência de distribuição dos alimentos nas suas respectivas escolas, nos dois espaços geográficos estudados (urbano e rural).

Ao examinar o índice peso para idade, no setor urbano, nota-se que o grupo de alunos que recebia alimentação 2 a 3 vezes por semana e esporadicamente, demonstrou maior percentual de desnutrição (11,5% e 13,6% respectivamente), quando comparado aos

beneficiados diariamente (7,8%). Dentre aqueles cujos pais referiram o não fornecimento da merenda nas escolas, nenhum apresentou desnutrição.

No que se refere aos resultados relativos à situação nutricional pregressa (altura/idade), ainda na área urbana, as maiores prevalências ocorreram nos estratos “diariamente” e “2 a 3 vezes/semana”. Com relação ao grupo no qual os responsáveis citaram não receber alimentação na escola, a condição de eutrofia foi a mais prevalente (85,7%), sem ocorrência de déficit de altura.

Com relação às crianças que viviam nas áreas rurais, os valores apresentados para o índice peso/idade e altura/idade não sugerem nenhuma associação, o que ficou confirmado através do teste estatístico.

Tabela 3 – Estado nutricional dos escolares de 7 a 14 anos de acordo com a frequência à alimentação na escola, segundo situação do domicílio. Gameleira–PE, 2005.

Estado Nutricional (Escore Z)	Alimentação escolar									
	Total		Diária		2 a 3x/ semana		Esporádica		Não recebe	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Interior Urbano	(210)		(103)		(78)		(22)		(7)	
<i>Peso/idade</i>										
Desnutrição	20	9,5	8	7,8	9	11,5	3	13,6	0	0,0
Risco nutricional	72	34,3	32	31,0	27	34,6	11	50,0	2	28,6
Eutrofia	118	56,2	63	61,2	42	53,9	8	36,4	5	71,4
<i>Altura/idade</i>										
Desnutrição	35	16,7	18	17,5	16	20,5	1	4,5	0	0,0
Risco nutricional	62	29,5	32	31,1	22	28,2	7	31,9	1	14,3
Eutrofia	113	53,8	53	51,4	40	51,3	14	63,6	6	85,7
Interior Rural	(294)		(132)		(41)		(86)		(35)	
<i>Peso/idade</i>										
Desnutrição	24	8,2	13	9,8	3	7,3	5	5,8	3	8,6
Risco nutricional	101	34,4	47	35,7	8	19,5	28	32,6	18	51,4
Eutrofia	169	57,5	72	54,5	30	73,2	53	61,6	14	40,0
<i>Altura/idade</i>										
Desnutrição	55	18,7	32	24,2	3	7,3	13	15,1	7	20,0
Risco nutricional	96	32,7	40	30,3	14	34,1	28	32,6	14	40,0
Eutrofia	143	48,6	60	45,5	24	58,5	45	52,3	14	40,0

3.4.6 Frequência da distribuição da alimentação vs características dos chefes dos domicílios

Os dados das tabelas 4 e 5, referentes aos setores urbano e rural respectivamente, contêm informações acerca do nível de instrução e situação socioeconômica dos chefes dos domicílios das crianças, e a relação com a variável frequência de recebimento da alimentação escolar.

Com relação à alfabetização, apenas 50% dos responsáveis pela residência de cada criança mencionaram saber ler ou escrever. A alfabetização esteve mais presente entre aqueles que afirmaram o não fornecimento da refeição (85,7%) ou o recebimento diário (56,3%), quando comparados àqueles que citaram a distribuição semanal (41,0%) ou esporádica (40,9%), havendo diferença estatística significativa ($p < 0,005$). A variável, anos de estudo, também apresentou associação estatística ($p < 0,001$), aqueles que referiram o fornecimento da alimentação diária ou o não fornecimento, tinham maior percentual de anos de estudo (≥ 5 anos) que os demais (Tabela 4).

Um maior número de domicílios com renda *per capita* mensal de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (74,2%) pôde ser observado. Entre aqueles beneficiados pela merenda escolar 2 a 3 vezes por semana, o percentual de rendimento de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (86,8%) apresentou-se maior que nas demais categorias. No grupo que relatou o não recebimento das refeições nas escolas, o percentual de rendimento maior que $\frac{1}{4}$ de salário foi de 85,7%, percentual esse no mínimo três vezes superior aos demais estratos, apresentando diferença estatística significativa ($p < 0,001$) (Tabela 4).

O Programa Bolsa Família (PBF) abrangia 82,5% das famílias entrevistadas, beneficiando grande parte das crianças dos grupos de alimentação diária, semanal e esporádica, não ocorrendo o mesmo com o estrato que referiu não receber a alimentação, sendo essas diferenças estatisticamente significantes ($p < 0,001$). O Programa atendia grande

parte dos beneficiados pela “merenda escolar” semanalmente (92,1%), e pouco abrangia a categoria dos que citaram não estarem sendo cobertos pelo PAE (28,6%) (Tabela 4).

No setor rural 61,2% dos entrevistados disseram ser analfabetos, não havendo diferenças com relação às categorias de frequência de distribuição da merenda. Com relação à variável, anos de estudo, apenas 6,2% tinham estudado por cinco ou mais anos, não se observando diferença estatística com a análise em foco (Tabela 5).

Quanto à renda *per capita*, aqueles que relataram o recebimento diário da alimentação escolar ou o não recebimento, apresentaram elevado percentual de rendimento *per capita* menor ou igual a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (72,5% e 87,5%, respectivamente) (Tabela 5).

No que diz respeito ao Programa Bolsa Família a maior cobertura de inscritos estava na categoria dos que citaram a ausência do PAE nas escolas (87,5%), embora sem diferença estatística significativa (Tabela 5).

Tabela 4 – Nível de instrução dos chefes dos domicílios dos escolares, renda per capita em ¼ de salário mínimo e participação no Programa Bolsa família (PBF), segundo a frequência de recebimento da alimentação nas escolas. Interior Urbano, Gameleira - PE, 2005.

Características	Alimentação escolar									
	Total		Diária		2 a 3x p/ semana		Esporádica		Não recebe	
	n=210	%	n=103	%	n=78	%	n=22	%	n=7	%
Alfabetização*										
Sim	105	50,0	58	56,3	32	41,0	9	40,9	6	85,7
Não	105	50,0	45	43,7	46	59,0	13	59,1	1	14,3
Anos de estudo (+)**										
Nunca frequentou escola	48	24,6	20	20,8	24	31,2	3	20,0	1	14,3
≤4 anos	98	50,3	38	39,6	46	59,7	11	73,3	3	42,9
≥5 anos	49	25,1	38	39,6	7	9,1	1	6,7	3	42,9
Renda **	(n=120)		(n=63)		(n=38)		(n=12)		(n=7)	
≤ 0,25	89	74,2	46	73,0	33	86,8	9	75,0	1	14,3
> 0,25	31	25,8	17	27,0	5	13,2	3	25,0	6	85,7
PBF**										
Sim	99	82,5	52	82,5	35	92,1	10	83,3	2	28,6
Não	21	17,5	11	17,5	3	7,9	2	16,7	5	71,4

(+) 15 casos sem informação.

* $p < 0,05$; ** $p < 0,001$

Tabela 5 – Nível de instrução dos chefes dos domicílios dos escolares, renda per capita em ¼ de salário mínimo e participação no Programa Bolsa Família, segundo a frequência de recebimento da alimentação nas escolas. Interior Rural, Gameleira - PE, 2005.

Características	Alimentação escolar									
	Total n=294		Diária n=132		2 a 3x p/ semana n=41		Esporádica n=86		Não recebe n=35	
		%		%		%		%		%
Alfabetização										
Sim	114	38,8	50	37,9	17	41,5	37	43,0	10	28,6
Não	180	61,2	82	62,1	24	58,5	49	57,0	25	71,4
Anos de estudo (+)										
Nunca freqüentou escola	93	35,9	49	39,2	5	13,2	31	42,5	8	34,8
≤4 anos	150	57,9	68	54,4	31	81,6	37	50,7	14	60,9
≥5 anos	16	6,2	8	6,4	2	5,3	5	6,8	1	4,3
Renda	(n=125)		(n=51)		(n=22)		(n=36)		(n=16)	
≤ 0,25	87	69,6	37	72,5	14	63,6	22	61,1	14	87,5
>0,25	38	30,4	14	27,5	8	36,4	14	38,9	2	12,5
PBF										
Sim	93	74,4	36	70,6	16	72,2	27	75,0	14	87,5
Não	32	25,6	15	29,4	6	27,3	9	25,0	2	12,5

(+) 35 casos sem informação

3.4.7 Percepção das participantes/executoras do PNAE e observação “in loco” do ambiente físico

Num primeiro momento, em uma reunião realizada em abril de 2006, foram distribuídas com 22 professoras presentes, formulários abordando vários aspectos do programa, os quais foram devolvidos em número de 13 (59,1%), sendo 12 respondidos total ou parcialmente e um em branco. As informações apuradas estão relatadas a seguir:

- 57,1% referiram melhoria na qualidade da alimentação escolar;
- 28,5% ressaltaram o progresso na aprendizagem;
- 14,4% citaram avanços pontuais em cada escola (construção de cisternas, poços, plantação de hortas, etc).
- 41,6% referiram a falta d'água;
- 41,6% responderam sobre a inadequação do espaço físico para o preparo e distribuição da alimentação; sobre a escassez da merenda; falta de comunicação com os pais e/ou responsáveis pelas crianças;
- 25% discorreram sobre a falta de material didático.

Como prioridades apresentadas pelos professores para o bom desempenho do programa, referiram:

- necessidade de água de boa qualidade;
- plantação de hortas;
- estabelecimento de data para a distribuição dos alimentos da merenda;
- capacitação das merendeiras;
- valorização dos alimentos e da cultura regional.

Num segundo momento, por ocasião da visita às escolas das áreas urbana e rural, foram entrevistadas as diretoras, merendeiras e a Secretária de Educação, Cultura e Esportes. A seguir, foi realizada a observação “in loco” do ambiente físico, especificamente da área

destinada ao preparo e distribuição da alimentação escolar, tendo-se visitado um total de 14 escolas, 7 (100%) da zona da urbana e 7 (23%) da zona rural.

As informações obtidas estão enumeradas a seguir:

- Das diretoras:

- o total de alunos das escolas do município por estrato é de 3679 (urbano) e 1931 (rural). Destes, 100% da área urbana e 21,5% da área rural estavam incluídos no PNAE;

- em algumas escolas, no turno da noite, o PAE beneficia também os alunos do programa “Educação para Jovens e Adultos” (EJA), numa parceria da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (SEDUC) com o Ministério da Educação (MEC) através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), financiado pelo programa “Fazendo Escola”, destinado a pessoas que não tiveram oportunidade de acesso ou permanência no ensino fundamental na idade escolar própria, ou seja, dos 7 aos 14 anos;

- mais da metade das escolas urbanas dispunham de professores ou merendeiras para acompanhamento dos alunos durante as suas refeições, e nas escolas rurais esse acompanhamento era ainda mais freqüente;

- ausência de reunião com os pais a respeito dos alimentos mais indicados para a melhor formação da criança, assim como, carência de alguma forma de participação, isto nos dois estratos geográficos.

- fornecimento diário da merenda nas escolas, contradizendo o que foi investigado anteriormente através das entrevistas com os responsáveis pelos escolares;

- nas escolas dos dois setores do município, não existia a realização de atividades relacionadas com a nutrição das crianças;

- presença de hortas em três escolas (2 no interior urbano e 1 no rural);

- existência de cantinas ou venda de alimentos em seis das sete escolas visitadas na área urbana, e apenas duas na área rural;

- dificuldade de introdução de frutas e verduras nos cardápios por ausência de distribuição desses alimentos, além de problemas relacionados com o espaço físico destinado ao preparo das refeições;

- atraso na chegada dos alimentos, principalmente no setor rural, foi bastante citado.

- Merendeiras

Nas entrevistas com as merendeiras foram destacados os seguintes aspectos: 71,4% delas não haviam concluído o 1º grau maior; apenas duas mencionaram a conclusão do 2º grau e estas trabalhavam em escolas da zona rural; apenas três (do setor rural) referiram a participação em um dos treinamentos sobre: “nutrição e higiene dos alimentos”, “modos de preparo dos alimentos” e “melhor aproveitamento dos alimentos”; o uso de fardamento, calçados e luvas, apropriados para o tipo de trabalho, não foi considerado em nenhuma das escolas; a touca e o avental (usados por iniciativa própria) forma referidos nos dois estratos geográficos; a maioria, também nos dois estratos, informaram nunca haver trabalhado com ferimentos nas mãos.

- Secretária de Educação, Cultura e Esportes

A Secretária foi questionada sobre a existência do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), a atuação deste no que diz respeito à fiscalização da qualidade da alimentação oferecida, dos recursos recebidos e, ainda, sobre as dificuldades encontradas na execução do Programa, tendo-se obtido as seguintes informações:

- a existência do Conselho que realizava reuniões periódicas (não informando o significado de “periódicas”);

- com relação à fiscalização da qualidade da alimentação oferecida, a Secretária referiu que o CAE não acompanhava efetivamente a merenda, uma vez que o setor era fragmentado

em vários Conselhos (Conselho da Merenda, Conselho Municipal de Educação e a Equipe Coordenadora do Programa do Transporte Escolar), e que as pessoas responsáveis pela fiscalização não dispunham de tempo para a realização desta tarefa. Concluiu com o seguinte relato:

“... Já fizemos uma proposta solicitando às entidades para indicarem pessoas comprometidas com as atividades do Conselho, mas são indicadas sempre as mesmas e estas já exercem uma série de atribuições em outras áreas.”

- no que se refere à fiscalização dos recursos financeiros, a mesma é efetuada porque todo mês é emitido um boleto ao CAE – Gameleira discriminando os valores recebidos pelo município. Ainda, segundo a entrevistada, a verba destinada à alimentação escolar não é suficiente, principalmente no período de entre-safra, onde a maioria da população fica sem trabalho no campo, *“exigindo-se que a merenda seja oferecida nos três horários, sendo necessário para isso, a contra-partida por parte da prefeitura”*;

- como dificuldades, foram citadas a distribuição e o armazenamento dos alimentos. A distribuição no setor rural, no período de chuvas, é extremamente prejudicada, uma vez que as áreas se tornam de difícil acesso, impedindo a passagem de qualquer tipo de transporte. A Secretária relatou ainda que quando possível, deixava-se a merenda em um engenho próximo a escola de destino, e a pessoa responsável providenciava um meio de transporte local. Um outro aspecto diz respeito à forte presença de animais, como morcegos e ratos que faziam morada na área de preparo das refeições nas escolas, o que põe em risco a inocuidade da alimentação e a saúde dos escolares.

- Aspectos físicos da área destinada ao preparo e distribuição da alimentação escolar

A observação “in loco” permitiu detectar que:

- a rede geral de abastecimento de água cobria todo o interior urbano do município, o que não ocorria com o interior rural, onde todas as escolas visitadas dependiam de poço ou cacimba;

- o tratamento realizado na água para consumo era feito em sua maioria, através da utilização de filtro de barro;

- o teto e as paredes das escolas, nos dois setores se assemelharam; no caso do teto, foi unânime a telha de barro, e com relação às paredes eram quase sempre de alvenaria, rebocadas e/ou pintadas, salvo em poucos locais onde se encontrou a combinação de azulejo e pintura;

- a despensa em mais da metade dos casos, eram prateleiras na cozinha em local adaptado;

- nos locais de distribuição das refeições, todas as crianças da área urbana se alimentavam em pé ao redor de uma grande mesa, o contrário da área rural, onde quase a totalidade dos escolares fazia as refeições sentados, porém nas próprias salas de aula;

- presença de morcegos e pássaros na área de preparo de alimentos, principalmente no setor rural.

3.5 DISCUSSÃO

Este estudo refere-se a cobertura de dois importantes programas voltados às crianças em idade escolar, o PETI e o PNAE, em um município onde as condições de pobreza e insegurança alimentar são de grande relevância social.

Os resultados revelam que 97,2% das famílias tinham crianças na faixa etária de 7 a 14 anos que apenas freqüentavam a escola, não realizando nenhuma atividade laboral. Em 1,2% dos casos que as crianças estudavam, as mesmas também realizavam atividades para auxiliar a renda familiar. No entanto, apesar do trabalho precoce não impedir a freqüência à escola, ele está associado à repetência, à defasagem idade-série, ao atraso cumulativo que leva ao abandono da escola com baixos níveis de escolaridade, não apenas pela condição de atividade da criança, mas também pela qualidade do ensino (CARVALHO, 2004).

Segundo SCHWARTZMAN (2001), a região Nordeste é a que contribui com o maior número de crianças trabalhando em atividades agrícolas com alto percentual não remunerado principalmente nas áreas rurais.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 1995 mostraram que o contingente de crianças na faixa de 7 a 14 anos que não freqüentavam a escola era de 9,8%, declinando para 2,6% em 2005, sendo este valor de 3,5% na região Nordeste. De 2001 para 2005, a participação da parcela ocupada na faixa etária de 5 a 9 anos reduziu-se de 1,8% para 1,6%, na de 10 a 14 anos, de 11,6% para 10,3%, e na de 15 a 17 anos, de 31,5% para 30,3% (IBGE, 2005).

Verificando-se a abrangência do PETI no município estudado, observou-se que o percentual de cobertura foi de 55,1%, sendo as famílias do setor rural, mais assistidas que às do setor urbano. Semelhante ao encontrado, foi constatado nos dados do relatório da análise situacional do PETI no ano de 2004, em âmbito nacional, onde a cobertura do Programa estava entre 40% e 69% na maioria dos municípios. No entanto quanto à distribuição por

estrato geográfico, os resultados mostraram-se diferentes aos do presente estudo, com a maioria das crianças e adolescentes beneficiada pertencente ao setor urbano (UNICEF, 2004).

Conforme avaliação da FUNDAÇÃO ABRINQ (2002), em especial na região sisaleira, o PETI contribuiu para a redução do trabalho precoce, para a permanência das crianças na escola, para progressos em habitação, saúde e nutrição, porém na questão econômica as famílias não se diferenciavam daquelas que não eram beneficiadas, permanecendo abaixo da linha de pobreza.

A maioria dos responsáveis pelas crianças em idade escolar no município da Gameleira, inscritos ou não no PETI, revelaram ótima aceitação ao PETI. Resultados semelhantes puderam ser verificados em estudo de MONTEIRO (2000), onde as famílias beneficiadas ou que já haviam feito parte do Programa demonstraram grande satisfação com o mesmo. Vale ressaltar que nesse mesmo estudo, a maioria das crianças (83%) já estavam matriculadas na escola antes de receberem o benefício, portanto mais do que combater o trabalho infantil, o programa servia para complementar a renda familiar, uma vez que 50% dos recursos eram gastos com alimentação.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) a educação efetivada mediante a garantia de “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (inciso IV) e “atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 2006).

Com relação ao PNAE, no ano de 1989, a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN, 1990), divulgou dados que facilitaram o conhecimento da real cobertura do referido Programa, sendo possível constatar que das 24 milhões de crianças matriculadas em escolas públicas do 1º grau, em 1989, 78% freqüentavam escolas que forneciam alimentação. Com

freqüência desigual entre as regiões e classes de renda, favorecendo as regiões sul e sudeste e o estrato de renda mais elevado.

Analisando os resultados do presente estudo, percebe-se elevada cobertura do PAE em ambos os estratos geográficos, pois de acordo com os entrevistados, a cobertura nas áreas urbana e rural foi de 94,2% e 87,2% respectivamente.

SPINELLI & CANESQUI (2002) revelaram que, no estado do Mato Grosso, entre os anos de 1990 e 1992 o Programa cobriu apenas a terça parte do ano escolar, tendo aumentado para 82,2% em 1994, e se reduzido para 33%, em 1995.

Segundo SILVA (2000), a garantia da regularidade do fornecimento da merenda, a melhoria na qualidade das refeições, o atendimento aos hábitos alimentares e diversificação da oferta de alimentos, estão entre os objetivos da descentralização da merenda escolar. No entanto, não é o que vem sendo observado na localidade estudada.

Enquanto a PNSN demonstrou cobertura diária de 41%, da alimentação escolar, o presente estudo apresentou 51,4%, com associação significativa entre os setores urbano e rural (55,8% e 46,8%). O setor rural, além de menor cobertura diária, teve elevado percentual de freqüência esporádica, evidenciando a grande fragilidade do programa, em especial nesse estrato geográfico.

Em muitos casos a merenda escolar foi considerada a única refeição do dia para as crianças, em especial no estrato rural. Achados semelhantes foram verificados por STURION et al. (2005) que através das informações de 40% dos diretores das escolas públicas urbanas de ensino fundamental do país, a merenda foi considerada, em 1996, a principal refeição do dia, enquanto, 56% e 50% dos diretores das escolas das regiões Norte e Nordeste revelaram a mesma situação.

Quanto à satisfação pela alimentação fornecida nas escolas, no presente estudo a boa aceitação foi mencionada por 88,7% dos entrevistados. Em uma escola de um município de

Minas Gerais, FLÁVIO (2006), constatou que a maior parte dos alunos (72%) tinha o hábito de consumir a alimentação oferecida na escola.

No tocante a relação frequência de consumo das refeições e idade dos escolares, SILVA et al. (2002), analisando o PNAE em 10 municípios brasileiros, verificou que os alunos mais jovens (menores de 11 anos de idade) costumavam consumir a merenda escolar com maior frequência (pelo menos quatro vezes por semana) que os de maior idade (entre 11 e 14 anos).

Resultados bastante diferentes foram constatados na atual pesquisa, uma vez que, nos dois estratos geográficos do município da Gameleira, as crianças mais velhas foram mais beneficiadas que as de menor idade, embora a associação estatística tenha sido significativa apenas para o interior urbano. Um fato importante entre a comparação, é que o achado de SILVA et al. (2002), diz respeito à opção das crianças em aceitar ou não a merenda oferecida, enquanto no presente estudo trata-se do maior percentual de distribuição da merenda aos mais velhos.

No entanto, a realidade encontrada em Gameleira condiz com a da PNSN, onde os resultados mostram que os alimentos nas escolas alcançavam basicamente as crianças mais velhas e, portanto menos vulneráveis, e com grande frequência não apresentavam deficiências nutricionais (SILVA, 1996).

A escassez de alimentos fontes de vitaminas e minerais, como as frutas e hortaliças, estiveram entre as insatisfações relatadas pelas educadoras do município estudado. Constatação também observada por SILVA (1996), que analisando a contribuição da merenda oferecida aos alunos na faixa etária dos 7 aos 9 anos no estado de São Paulo, verificou que as refeições apresentavam quantidades insuficientes de hortaliças e ausência total de frutas.

Assim como as informações prestadas pelas representantes das escolas (professoras) do município da Gameleira, na avaliação do Programa da Merenda Escolar realizado em

Pernambuco (2005) através do Tribunal de Contas do Estado em 18 escolas da Região Metropolitana do Recife e da Zona da Mata do estado, constatou-se que no planejamento dos cardápios não eram levados em consideração os hábitos alimentares de cada localidade e não havia uma consulta prévia à nutricionista para definição dos itens a serem licitados (NÓBREGA, 2005).

Pôde-se observar, também, a presença de cantinas ou qualquer outro meio de venda de alimentos aos escolares em grande parte das escolas do setor urbano da região estudada. Semelhante ao observado, PEDRAZA (2005) em avaliação do PAE no município de Olinda, detectou o fato de que os próprios professores e trabalhadores das escolas vendiam alimentos baratos e de baixo valor nutricional aos estudantes. O autor constatou também, assim como nas escolas da Gameleira, a pouca participação familiar de apoio a merenda (PEDRAZA et al., 2006)

RIBEIRO (2005) encontrou, em dez municípios das cinco regiões brasileiras, através da análise dos dados do consumo de escolares no ambiente familiar, como também no âmbito das unidades de ensino, que os alunos das cidades da região nordeste tiveram menor consumo energético (inferior a 620 Kcal) que os das demais regiões, quando as recomendações para crianças e adolescentes de 7 a 10 e de 10 a 14 anos são de respectivamente 2000 e 2200 Kcal (NCR, 1989).

Em censo realizado no estado da Paraíba, RIVERA et al. (1994) constataram elevada prevalência de desnutrição crônica em crianças de 7, 8 e 9 anos de idade com percentuais em torno de 20%. Ainda segundo esses autores, a prevalência é maior entre as crianças matriculadas na zona rural do estado.

Analisando dados da II Pesquisa Estadual de Saúde e Nutrição de 1997, LAURENTINO et al. (2005) observou que a prevalência de déficit de altura no estado de Pernambuco era de 16,9%, tendo o interior rural apresentado maior percentual (27,1%), em

contraste com o interior urbano (8,8%) e à região metropolitana (9,6%). Os autores observaram que a prevalência de déficit estatural aumentava à medida que pioravam as condições socioeconômicas. Pode-se perceber que resultado semelhante aos do estado de Pernambuco (16,7%), e percentuais maiores no setor urbano (16,7%) e menores no rural (18,7%), foram verificados no presente estudo.

Em áreas de baixa renda do estado de São Paulo, 90% do déficit estatural das crianças aos 7 anos já estavam estabelecidas aos 24 meses de vida. Tal fato provavelmente pode ser atribuído às condições adversas de saúde e nutrição vivenciadas especialmente, nos primeiros anos de vida (MONTEIRO, 1984; SILVA, 1996).

OMETTO et al. (2001), analisando dados da PNSN, constatou que do total de crianças desnutridas, apenas 63,4% nas áreas rurais, e 82,8% das áreas urbanas, eram beneficiadas pelo PNAE, sendo que o alcance do Programa na área rural do Nordeste era ainda mais restrito.

Quanto à associação entre o estado nutricional e a frequência com que os alunos eram beneficiados pela merenda, observa-se que no setor urbano o estrato cujos pais referiram o não fornecimento de alimentação nas escolas, estava entre os de melhor situação nutricional, o que provavelmente retrata a não aceitação ao programa por parte do grupo. O contrário foi observado no setor rural onde as crianças cujos pais referiram não receber alimentação escolar apresentaram elevada prevalência de déficit nutricional, demonstrando a ineficiente cobertura do PAE nesta região.

Verificando os fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil, STURION et al. (2005) constatou associação estatística ($p < 0,0001$) entre o consumo diário e a condição de baixo peso.

A PNSN mostrou que cerca de 30% dos escolares das regiões Norte e Nordeste, com renda domiciliar *per capita* menor ou igual a US\$40,00 mensais e que recebiam merenda, tiveram acesso a esse benefício, no máximo, uma vez por semana. Os dados também

refletiram que o percentual de consumo da merenda oferecida era baixo em todas as regiões, e tendia a se reduzir à medida que a renda domiciliar *per capita* se elevava. Apenas 56,3% dos escolares de menor renda consumiam a merenda diariamente.

No município estudado, tanto no setor urbano (com associação estatística significativa) quanto no rural, os maiores percentuais de rendimento *per capita* (maior que $\frac{1}{4}$ de salário mínimo) situavam-se no estrato dos que referiram não receber a alimentação escolar. Quanto ao nível de instrução, os pais dos escolares do interior urbano, com teste estatístico significativo, apresentaram elevado percentual de analfabetos (50%) embora inferior aos do interior rural (61,2%). Grande parte dos que citaram o não recebimento da merenda, fazia parte do grupo de alfabetizados e daqueles com mais anos de estudo. No interior rural é importante ressaltar a grande prevalência de chefes de domicílios que não sabiam ler ou escrever.

OLIVEIRA (1997) observou que o consumo de alimentos oferecidos pela merenda é inversamente proporcional ao nível de escolaridade das famílias, que também parece estar associado à condição sócio-econômica. Os resultados do presente estudam revelam que, no setor urbano, o menor percentual de inscritos no Programa Bolsa Família esteve entre aqueles que relataram o não fornecimento da alimentação nas escolas dos filhos, tendo a associação apresentado diferença estatística significativa. Essa diferença provavelmente se deve a não aceitação à refeição oferecida, e não a falta de fornecimento, uma vez que além da menor participação no programa de renda mínima, os mesmos apresentaram melhores níveis de escolaridade e renda.

No interior rural com relação ao Programa Bolsa Família, observou-se o oposto do setor urbano, estando o mesmo grupo entre aqueles com maior percentual de inscritos no Programa, retratando a maior necessidade dessas famílias e mais uma vez a ineficiência do PAE em especial nesse estrato geográfico.

No tocante ao abastecimento de água nas instituições de ensino, foi observado que o interior urbano era coberto pela rede geral, ao contrário do interior rural que dependia de cacimba ou poço para o acesso à água. Quanto ao tratamento da água para consumo, em ambos os estratos geográficos realizava-se a filtração. Semelhante ao encontrado no interior urbano do presente estudo, PEDRAZA (2005) avaliando o PAE no município de Olinda constatou que todas as escolas eram beneficiadas pelo abastecimento de água da rede geral, com tratamento quase que em 100% dos casos realizado através de filtração, e paredes da cozinha com pintura a óleo ou azulejadas.

O atraso na chegada dos gêneros em especial no setor rural, assim como as precárias condições de armazenamento, foram dificuldades similares as encontradas também na avaliação da Merenda Escolar do Estado de Pernambuco pelo Tribunal de Contas Estadual (2005) onde foram verificadas falhas no processo de entrega e recebimento dos gêneros alimentícios como o atraso na distribuição e, recebimento de gêneros por outros servidores não capacitados quando o responsável habilitado para o recebimento não se encontrava na escola (NÓBREGA, 2005).

Nesta mesma avaliação observou-se que 72% das escolas não possuíam nas cantinas, bancos para sentar e 67% não possuíam mesas para a realização das refeições. Em maior percentual ao encontrado na referida avaliação, nas escolas da área urbana da Gameleira os escolares se alimentavam em pé ao redor de uma grande mesa. Embora os resultados sejam diferentes no setor rural, estes se devem ao fato dos alunos utilizarem as próprias salas de aula para a alimentação escolar. Comprovando, portanto, a ausência de um local específico para a realização das refeições. STURION et al (2006) em pesquisa de aceitação da merenda escolar realizada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) localizada em São Paulo, também verificaram que na maioria das escolas não haviam bancos e mesas suficientes para os alunos se alimentarem.

A merendeira desempenha um importante papel para o sucesso do Programa da Merenda, assim como revelou a pesquisa realizada pelo TCE de Pernambuco, (NÓBREGA, 2005), porém em expressivo percentual as merendeiras das escolas da Gameleira tinham baixo nível de instrução e a grande maioria referiu nunca ter participado de cursos de capacitação.

Para assessorar e fiscalizar o programa de alimentação escolar, em 1994, foi promulgada a Lei Federal 8913, a qual regulamentou a descentralização do PNAE e normatizou o repasse dos recursos do programa para Estados e Municípios. A legislação estabeleceu, também, a exigência da constituição dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), definindo sua composição e competências, especialmente quanto à fiscalização e controle da aplicação dos recursos. Registrou-se, ainda, a instrução para a participação desses Conselhos na elaboração dos cardápios, que deveriam, de acordo com a referida lei, respeitar os hábitos alimentares e as vocações agrícolas regionais e, preferencialmente, conter alimentos *in natura* (BRASIL, 1994).

De acordo com o relato da Secretária de Educação, Cultura e Esportes da Gameleira, o CAE municipal mostrou-se efetivo no tocante a fiscalização de recursos, entretanto quanto às atividades de acompanhamento das refeições fornecidas, da regularidade na distribuição e da origem dos fornecedores, estas não são práticas habituais.

Uma pesquisa realizada em 34 municípios de oito Estados brasileiros, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas em 1997, identificou uma participação insuficiente dos Conselhos Municipais na operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Quando participavam, restringiam-se a oferecer sugestões na elaboração dos cardápios, na definição dos produtos a serem adquiridos ou na fiscalização de depósitos e das escolas (BRASIL, 1997).

Os dados do presente estudo refletem a necessidade de intervenção visando o aumento da participação pelos Conselhos na atividade de programação, execução e avaliação do Programa.

3.6 CONCLUSÃO

Apesar das condições de pobreza verificadas a partir dos indicadores socioeconômicos e do contingente populacional exposto às condições de insegurança alimentar, no município estudado, a quantidade de crianças em idade escolar, regularmente matriculadas e não realizando atividades laborais, foi relativamente satisfatória.

No entanto a cobertura do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi baixa comparada a magnitude de crianças e adolescentes expostas a diversas situações de risco, violência e exploração devido à inserção precoce no mundo do trabalho. Observou-se também a insuficiente abrangência do Programa de Alimentação Escolar, assim como, a irregular frequência de distribuição da merenda retratando a contradição entre o preconizado pelo PNAE e a realidade do município estudado.

A forte associação no setor rural entre o grupo que referiu não receber a alimentação ou receber esporadicamente e as más condições socioeconômicas podem ser reflexo da insuficiente colaboração do PAE no que diz respeito ao alcance dos objetivos propostos pelo programa. Vale ressaltar o provável preconceito quanto o consumo da refeição escolar no setor urbano, uma vez que as famílias pertencentes ao estrato dos que a escola não fornecia a merenda, apresentavam melhor nível de alfabetização, melhor condição monetária e as crianças, melhor condição nutricional.

A inadequada fiscalização do CAE municipal, assim como as dificuldades relatadas pelos responsáveis pelo PAE (professores e merendeiras), ressaltam ainda mais a importância de intervir para que o programa atenda de fato aos princípios implícitos de uma Política de Segurança Alimentar e atividades complementares que façam dele um trabalho holístico e integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8913 de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v.132, n.1, p.30, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Síntese dos resultados da pesquisa: "Avaliação da descentralização de recursos do FNDE e da merenda escolar". **Campinas: Núcleo de Política Pública/Unicamp**, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. **Cartilha do PETI**, Brasília 2004. 31 p

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. **Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano**. Racismo, pobreza e violência. Brasil, 2005. 78 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <www.fnde.gov.br/home> Acesso em: set. 2006.

CARVALHO, I.M.M. Algumas Lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, v.18, n.4, p. 50-61, 2004.

EPI INFO 6.04. A word processing, database and statistics program for public health. **Center for Disease Control, Prevention (CDC)**, USA. Geneva: World Health Organization, 1994.

FLÁVIO, E.F. **Alimentação escolar e avaliação nutricional dos alunos do ensino fundamental das escolas municipais de Lavras, Minas Gerais**. Tese (Doutorado em ciências dos alimentos). Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais. Lavras, 2006. 314 p.

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA. **Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa**. *Erradicação do Trabalho Infantil*. Aplicação Experimental e Desenvolvimento de uma Metodologia para Monitoramento e Avaliação de Programas S.I. Dez. 2002. 90p. (Coordenado por Carlos Amaral).

IBGE. Censo 2000. <Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>>

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. Segurança Alimentar 2004. Rio de Janeiro, 2006. 140 p.

IBGE. IBGE traça perfil inédito sobre Segurança Alimentar no Brasil. Resultados da Pesquisa Suplementar da PNAD, 2004. **Comunicação Social**, maio de 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em dez. 2006.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. 2005.

LAURENTINO, G.E.C., et al. Déficit estatural em crianças em idade escolar: uma análise multivariada de possíveis fatores de risco, Pernambuco, 1997. **ALAN: Archivos Latinoamericanos de Nutrición**, Caracas, v.55, n.2, jun. 2005.

MENEZES NETO, J. **Análise de Impacto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**, Quanto aos seus objetivos e impactos para qual foi concebido. 2002 Monografia (Especialização em políticas públicas), Universidade de Brasília, 2002. 55 p.

MONTEIRO, C.A. Critérios antropométricos no diagnóstico da desnutrição em programas de assistência à criança. **Rev. Saúde Pública**, v. 18, n.3, p. 209-217, 1984.

MONTEIRO, M.T.L. O impacto social do Programa Bolsa-Escola no Distrito no Distrito Federal. Estudos em Avaliação Educacional, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 22, p. 37-91, jul./dez, 2000.

NCR. NATIONAL RESEARCH COUNCIL. National Academy of Sciences. Food and Nutrition Board. Recommended dietary allowances. 10. ed. Washington. **National Academy Press**, 1989. 284 p.

NCHS. NCHS growth charts. **Vital and Health Statistics Series**. v. 25, p.1-22, 1976.

NCHS. Growth curves for children from birth - 18 years, United States. **Vital and Health Statistics Series**, p. 11-76, 1977.

NÓBREGA M.A.R. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (TCE). Avaliação do Programa da Merenda Escolar em Pernambuco. **Resumo de Auditoria – 02**. Recife, 2005.

OLIVEIRA, J. **O papel da merenda na alimentação diária nos ingressantes do primeiro grau das escolas municipais de São Paulo**, 110 p. Dissertação (Curso de Pós-Graduação Inter-Unidades em Nutrição Humana Aplicada) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OMETTO, A.H.O., et al. Acesso aos Programas de Suplementação Alimentar: desigualdades regionais e setoriais. **Saúde em Revista**, v.3, n 5/6, p. 23-31, 2001.

OMS. Medición del efecto de programas de suplementación alimentaria a grupos vulnerables. Ginebra: OMS, 1980.

PEDRAZA, D.F. **Avaliação do Programa de Alimentação Escolar no Município de Olinda – Pernambuco**, 2005. Artigo original. Tese (Doutorado em Nutrição) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. 220 p.

PEDRAZA D.F.; ANDRADE S.L.L.S. A alimentação Escolar analisada no contexto de um programa de alimentação e nutrição. **Rev. Bras. em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 19, n.3, p.164-174, 2006.

PESQUISA NACIONAL SOBRE SAÚDE E NUTRIÇÃO – PNSN, 1989. INAN/IBGE/IPEA, Brasília, 1990.

RIBEIRO, E.S. **Energia e nutrientes na dieta de escolares: contrastes entre municípios brasileiros**. 116 p. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005.

RIVERA, F.; et al. A desnutrição crônica por municípios, nos estudantes da primeira série do primeiro grau no Estado da Paraíba. **Rev. Nutr.**, v. 7, n. 2, p. 113-31, 1994.

SCHWARTZMAN, S. O trabalho infantil no Brasil. **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**. Brasília, 2001. 16 P.

SILVA, M.V. Contribuição da merenda escolar para o aporte de energia e nutrientes de escolares do ciclo básico. **Rev. Nutr., Campinas**, v.9, n.1, p. 69-91, 1996.

SILVA, M. V. Alimentação na escola: alcance e limitações. **Revista da Cip**. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 20-25, 1999.

SILVA, M.V. Programa de Alimentação Escolar no Brasil: limitações e evolução nas décadas de 80 e 90. **Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.** São Paulo, SP, v.19/20, p. 65-85, 2000.

SILVA, M.V.; et al. Estado nutricional de escolares e seu acesso a programas sociais em dez municípios brasileiros. **Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.** São Paulo, SP., v.23, p.33-53, jun., 2002.

SPINELLI, M.A.S; CANESQUI, A.M. O programa de alimentação escolar no estado do Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979–1995). **Rev. Nutr., Campinas**, v.15, n.1, p. 105-117, jan./abr., 2002.

STURION, GL; SILVA MV. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP/ESALQ). Disponível em <www.esalq.usp.br/destaques.php?>. Acesso em dez./ 2006.

STURION, G.L; et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Rev. Nutr., Campinas**, v. 18, n.2, p.167-181, mar./abr., 2005.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Análise Situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. 2004.

WEIS, B.; CHAIM, N.A.; BELIK W. **Manual de gestão eficiente da merenda escolar**. Projeto gestão da Merenda Escolar. 2 ed. São Paulo: Apoio Fome Zero. Associação de Apoio

à Política de Segurança Alimentar, 2005. Disponível em <www.apoiofomezero.org.br> Acesso em out. 2006.

WEIS B., et al. **Vamos fiscalizar a merenda escolar – de volta à luta contra a corrupção eleitoral.** São Paulo: Apoio Fome Zero. Movimento Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral, 2004. 33 p. Disponível em <www.apoiofomezero.org.br> Acesso em dez. 2006.

WHO. Measuring change in nutrition status. Guidelines for assessing the nutritional impact of supplementary feeding programmes for vulnerable groups. **Geneva: WHO**, 1986. 101 p.

WHO. Working group. An evaluation of infant growth: the use and interpretation of anthropometry in infants. **Bulletin of World Health Organization**. v. 73, n. 2, p. 165-174, 1995.

Considerações Finais

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os fatores determinantes da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em uma população destacam-se, a disponibilidade e o acesso aos alimentos, a condição de saúde, o estado nutricional dos indivíduos e o ciclo de vida que o mesmo está inserido. Outros fatores podem contribuir para predisposição da Insegurança Alimentar, como as condições sócio-econômicas e o nível de educação, que interferem no consumo dos alimentos necessários para garantir um bom estado nutricional.

Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil devido às condições desfavoráveis nos indicadores sociais da população, com uma profunda desigualdade social as pesquisas apontam para um maior índice de Insegurança Alimentar (PNAD-2004). Nesse caso, intervenções realizadas na área de educação, geração de emprego e renda, contribuem diretamente na melhoria da Segurança Alimentar da população, principalmente quando são aplicadas medidas estruturadoras.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser visto como um direito dos escolares, sendo importante atender na sua plenitude as normas estabelecidas pelo mesmo, respeitando os hábitos alimentares, estimulando a produção de alimentos locais que fazem parte na maioria das vezes da cultura alimentar dos beneficiários, garantir uma produção de alimentos dentro dos padrões de higiene, armazenamento e distribuição adequados, e a interação da escola com a família que é de extrema importância na construção de hábitos saudáveis e melhor qualidade de vida e saúde dessa população.

Espera-se que os resultados encontrados no presente estudo possam servir de subsídios para a construção de políticas de melhoria do funcionamento do PNAE em nível local, e estimule futuras investigações na sua totalidade, dando ênfase à percepção que os escolares e seus familiares têm sobre o Programa de modo a orientar melhor o seu planejamento e redirecionamento, contribuindo assim para o alcance dos objetivos propostos.

Anexos

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO - DN
LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA - LNSP
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq

IDENTIFICAÇÃO

1.	Nº do Questionário														
2.	Município	<input type="checkbox"/> 1	Gameleira	<input type="checkbox"/> 2	São João do Tigre										
3.	Situação:	<input type="checkbox"/> 1	Urbano	<input type="checkbox"/> 2	Rural										
4.	Há quanto tempo (anos) a família vive aqui?														
	<input type="checkbox"/> 1	menos de 1 ano													
	<input type="checkbox"/> 2	1 a 5 anos													
	<input type="checkbox"/> 3	mais de 5 anos													
(SE A RESPOSTA FOI “1” OU “2”, SABER A PROCEDÊNCIA):															
5.	Procedência														
	<input type="checkbox"/> 1	do mesmo município (área urbana)													
	<input type="checkbox"/> 2	do mesmo município (área rural)													
	<input type="checkbox"/> 3	de outro município (área urbana)													
	<input type="checkbox"/> 4	de outro município (área rural)													
	<input type="checkbox"/> 8	Não se aplica (a família vive no município há mais de 5 anos)													
Endereço _____															
Ponto de referência _____															
Telefone _____															
Nome do entrevistado _____															
Data da entrevista						____/____/2005	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">2</td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">0</td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">0</td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">5</td> </tr> </table>					2	0	0	5
				2	0	0	5								
Entrevistador															
Supervisor de campo															
Total de folhas															

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

NOME DA PESQUISA: AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SEUS FATORES DETERMINANTES EM CONGLOMERADOS URBANOS E RURAIS DA ZONA DO SEMI-ÁRIDO DA PARAÍBA

LOCAL DO ESTUDO MUNICÍPIO DA ZONA DO SEMI-ÁRIDO DA PARAÍBA
PESQUISADOR Prof. Malaquias Batista Filho
Endereço Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco
Av. Prof. Moraes Rego S/N, Recife-PE, CEP: 50670-901, Fone: 2126 8471

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores pais,

Este é um termo de consentimento que pode conter palavras que você não compreenda. Por favor, pergunte a um auxiliar de pesquisa do projeto sobre quaisquer palavras ou informações que você não entenda claramente.

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo avaliar a situação alimentar, nutricional e de saúde das famílias deste município e constará de:

- entrevista com a pessoa responsável pela família através da aplicação de um questionário visando conhecer a composição da família, condições da habitação, de saúde, hábitos alimentares e os alimentos mais frequentemente consumidos.
- medição do peso e da altura de todos os que compõem a família;
- verificação da presença de anemia e hipovitaminose A em crianças de 6 meses a 5 anos e para tanto serão colhidos 3 ml de sangue venoso por um técnico especializado utilizando material próprio descartável.

Todos os cuidados serão tomados para evitar infecção no local da picada. Caso ocorra algum problema, haverá comunicação ao pesquisador e encaminhamento ao médico que fará o devido atendimento. Certamente a criança vai chorar durante a realização deste exame.

As crianças que tiverem anemia serão tratadas com sulfato ferroso e algumas delas poderão apresentar enjôo, diarreia ou intestino preso. Neste caso, deverá procurar o médico do serviço de saúde para orientação e comunicar ao pesquisador. (Esta pesquisa trará benefícios para o(s) seu(s) filho(s), reduzindo os índices de anemia e conseqüentemente melhorando a saúde deles).

O resultado da vitamina A será enviado ao membro responsável pela família e para os casos confirmados de hipovitaminose A, haverá encaminhamento ao pessoal médico.

A sua participação deverá ser voluntária e você poderá sair do estudo a qualquer momento, se assim desejar. Sempre que tiver dúvidas, procure um dos membros da equipe para esclarecimento.

CONSENTIMENTO DA MÃE DA CRIANÇA

Li e entendi as informações precedentes descrevendo este projeto de pesquisa e todas as minhas dúvidas em relação ao estudo e a minha participação nele foram respondidas satisfatoriamente. Livremente, dou o meu consentimento para a participação do meu filho neste estudo, até que me decida pelo contrário.

São João do Tigre, de de 2005.

Nome da mãe ou responsável (letra de forma)

Assinatura

Nome da testemunha (letra de forma)

Assinatura

Nome da testemunha (letra de forma)

Assinatura

MALAQUIAS BATISTA FILHO

Nome do investigador (letra de forma)

Assinatura

FORMULÁRIO 1
REGISTRO DE MORADORES DO DOMICÍLIO

Nº de Ordem	Nº Questionário	Nome	Relação com a pessoa de referência da UC	Sexo	Data de Nascimento			Idade (anos completos)	Módulos especiais		Religião (> 15 a)	Frequência à Creche (< 7 anos)	Alfabetização (> 7 anos)	Frequência à escola (> 7 anos)	Nível de escolaridade	Última Série concluída	Condição de Trabalho (último mês) (> 7 anos)
					Dia	Mês	Ano		0 (10-49)	1 (> 5 a)							
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	
01																	
02																	
03																	
04																	
05																	
06																	
07																	
08																	
09																	
10																	
11																	
12																	
13																	
14																	
15																	

CÓDIGOS		OBSERVAÇÕES	
SEXO (4) 1 - MASCULINO 2 - FEMININO (Não gestante e não lactante) 3 - FEMININO (Gestante) 4 - FEMININO (Lactante)	RELIGIÃO (11) 1 - CATÓLICA 2 - EVANGÉLICA 3 - ESPÍRITA 4 - OUTRA 5 - NÃO TEM RELIGIÃO 8 - NSA (< 15 anos)	FREQUÊNCIA À CRECHE (12) (para menores de 7 anos) 1 - SIM, REDE PRIVADA 2 - SIM, REDE PÚBLICA 3 - NÃO, JÁ FREQUENTOU (REDE PRIVADA) 4 - NÃO, JÁ FREQUENTOU (REDE PÚBLICA) 5 - NUNCA FREQUENTOU 8 - NÃO SE APLICA (7 anos e mais)	ALFABETIZAÇÃO (13) (para menores de 7 anos) 1 - LÊ E ESCREVE 2 - LÊ 3 - NÃO 4 - NÃO SABE 8 - NSA (< 7 ANOS)
RELAÇÃO COM A PESSOA DE REFERÊNCIA DA UNIDADE DE CONSUMO (3) 1 - PESSOA DE REFERÊNCIA (CHEFE) 2 - CÔNJUGE 3 - FILHO 4 - FILHO ADOTIVO 5 - ENTEADO 6 - OUTRO PARENTE 7 - AGREGADO 8 - EMPREGADO DOMÉSTICO 9 - PARENTE DE EMPREGADO DOMÉSTICO	FREQUÊNCIA À ESCOLA (14) (para crianças ≥ 7 anos) 1 - SIM, REDE PRIVADA 2 - SIM, REDE PÚBLICA 3 - NÃO, JÁ FREQUENTOU (REDE PRIVADA) 4 - NÃO, JÁ FREQUENTOU (REDE PÚBLICA) 5 - NUNCA FREQUENTOU 8 - NÃO SE APLICA (está na idade pré-escolar; menos de 7 anos)	NÍVEL DE ESCOLARIDADE (15) 0 - NUNCA FREQUENTOU ESCOLA 1 - PRÉ-ESCOLAR (< 7 ANOS) 2 - 1º GRAU INCOMPLETO 3 - 1º GRAU COMPLETO (da 1ª a 8ª série) 4 - 2º GRAU INCOMPLETO 5 - 2º GRAU COMPLETO (da 9ª a 11ª) 6 - SUPERIOR - INCOMPLETO 7 - SUPERIOR - COMPLETO 8 - POS-GRADUAÇÃO 9 - NÃO SABE	ÚLTIMA SÉRIE CONCLUÍDA (16) 01 - PRIMEIRA 02 - SEGUNDA 03 - TERCEIRA 04 - QUARTA 05 - QUINTA 06 - SEXTA 07 - SÉTIMA 08 - OITAVA 09 - NENHUMA 10 - NÃO SABE
			CONDIÇÃO DE TRABALHO (17) 00 - NÃO TRABALHA 01 - DESEMPREGADO 02 - APOSENTADO 03 - PENSIONISTA 04 - BENEFÍCIO 05 - AUTÔNOMO (urbano ou rural) 06 - EMPREGADO 07 - TRABALHO ESPORÁDICO 08 - BISCATEIRO/AMBULANTE 09 - CRIANÇA/ESTUDANTE (TRABALHANDO) 10 - CRIANÇA/ESTUDANTE (NÃO TRABALHANDO) 11 - (< 7 anos)

FORMULÁRIO 2

REGISTRO DO DOMICÍLIO

Pág. 1

QUESTIONÁRIO N.º <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/>	QST	-----														
1 TOTAL DE PESSOAS: <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/>	NPES	<input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/>														
2 TIPO DE MORADIA: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Casa</td> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Apartamento</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Quarto/Cômodo</td> <td style="border: none;"></td> </tr> </table>	<input style="width: 20px;" type="text"/> Casa	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____	<input style="width: 20px;" type="text"/> Apartamento		<input style="width: 20px;" type="text"/> Quarto/Cômodo		TIPO	<input style="width: 20px;" type="text"/>								
<input style="width: 20px;" type="text"/> Casa	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Apartamento																
<input style="width: 20px;" type="text"/> Quarto/Cômodo																
3 REGIME DE OCUPAÇÃO: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Própria, já paga</td> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Invadida</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Própria, em aquisição</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Cedida</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Alugada</td> <td style="border: none;"></td> </tr> </table>	<input style="width: 20px;" type="text"/> Própria, já paga	<input style="width: 20px;" type="text"/> Invadida	<input style="width: 20px;" type="text"/> Própria, em aquisição	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____	<input style="width: 20px;" type="text"/> Cedida		<input style="width: 20px;" type="text"/> Alugada		REGIME	<input style="width: 20px;" type="text"/>						
<input style="width: 20px;" type="text"/> Própria, já paga	<input style="width: 20px;" type="text"/> Invadida															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Própria, em aquisição	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Cedida																
<input style="width: 20px;" type="text"/> Alugada																
4 PAREDES: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Alvenaria/Tijolo</td> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Tijolo + Taipa</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Taipa com reboco</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Madeira</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Taipa sem reboco</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____</td> </tr> </table>	<input style="width: 20px;" type="text"/> Alvenaria/Tijolo	<input style="width: 20px;" type="text"/> Tijolo + Taipa	<input style="width: 20px;" type="text"/> Taipa com reboco	<input style="width: 20px;" type="text"/> Madeira	<input style="width: 20px;" type="text"/> Taipa sem reboco	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____	PAREDE	<input style="width: 20px;" type="text"/>								
<input style="width: 20px;" type="text"/> Alvenaria/Tijolo	<input style="width: 20px;" type="text"/> Tijolo + Taipa															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Taipa com reboco	<input style="width: 20px;" type="text"/> Madeira															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Taipa sem reboco	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____															
5 PISO: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Cerâmica/ Lajota</td> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Madeira</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Cimento</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Terra (barro)</td> <td style="border: none;"></td> </tr> </table>	<input style="width: 20px;" type="text"/> Cerâmica/ Lajota	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____	<input style="width: 20px;" type="text"/> Madeira		<input style="width: 20px;" type="text"/> Cimento		<input style="width: 20px;" type="text"/> Terra (barro)		PISO	<input style="width: 20px;" type="text"/>						
<input style="width: 20px;" type="text"/> Cerâmica/ Lajota	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Madeira																
<input style="width: 20px;" type="text"/> Cimento																
<input style="width: 20px;" type="text"/> Terra (barro)																
6 COBERTURA: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Laje de concreto</td> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Telha de amianto (Brasilit)</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Telha de barro</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____</td> </tr> </table>	<input style="width: 20px;" type="text"/> Laje de concreto	<input style="width: 20px;" type="text"/> Telha de amianto (Brasilit)	<input style="width: 20px;" type="text"/> Telha de barro	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____	TETO	<input style="width: 20px;" type="text"/>										
<input style="width: 20px;" type="text"/> Laje de concreto	<input style="width: 20px;" type="text"/> Telha de amianto (Brasilit)															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Telha de barro	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____															
7 ABASTECIMENTO DE ÁGUA: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none;">Com canalização interna</td> <td style="width: 50%; border: none;">Sem canalização interna</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Rede geral</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Rede geral</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Poço ou nascente</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Poço ou nascente</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Chafariz</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Chafariz</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Cisterna</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Cisterna</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Cacimba</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Cacimba</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____</td> </tr> </table>	Com canalização interna	Sem canalização interna	<input style="width: 20px;" type="text"/> Rede geral	<input style="width: 20px;" type="text"/> Rede geral	<input style="width: 20px;" type="text"/> Poço ou nascente	<input style="width: 20px;" type="text"/> Poço ou nascente	<input style="width: 20px;" type="text"/> Chafariz	<input style="width: 20px;" type="text"/> Chafariz	<input style="width: 20px;" type="text"/> Cisterna	<input style="width: 20px;" type="text"/> Cisterna	<input style="width: 20px;" type="text"/> Cacimba	<input style="width: 20px;" type="text"/> Cacimba	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____	ÁGUA	<input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/>
Com canalização interna	Sem canalização interna															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Rede geral	<input style="width: 20px;" type="text"/> Rede geral															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Poço ou nascente	<input style="width: 20px;" type="text"/> Poço ou nascente															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Chafariz	<input style="width: 20px;" type="text"/> Chafariz															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Cisterna	<input style="width: 20px;" type="text"/> Cisterna															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Cacimba	<input style="width: 20px;" type="text"/> Cacimba															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____															
8 TRATAMENTO DA ÁGUA DE BEBER: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Fervida</td> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Sem tratamento</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Filtrada</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Mineral</td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Coada</td> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____</td> </tr> </table>	<input style="width: 20px;" type="text"/> Fervida	<input style="width: 20px;" type="text"/> Sem tratamento	<input style="width: 20px;" type="text"/> Filtrada	<input style="width: 20px;" type="text"/> Mineral	<input style="width: 20px;" type="text"/> Coada	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____	TRATA	<input style="width: 20px;" type="text"/>								
<input style="width: 20px;" type="text"/> Fervida	<input style="width: 20px;" type="text"/> Sem tratamento															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Filtrada	<input style="width: 20px;" type="text"/> Mineral															
<input style="width: 20px;" type="text"/> Coada	<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____															
9 ESGOTAMENTO SANITÁRIO: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Rede geral</td> <td style="width: 50%; border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Fossa com tampa</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Fossa rudimentar (sem tampa)</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Cursos d'água</td> <td style="border: none;"></td> </tr> <tr> <td style="border: none;"><input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____</td> <td style="border: none;"></td> </tr> </table>	<input style="width: 20px;" type="text"/> Rede geral		<input style="width: 20px;" type="text"/> Fossa com tampa		<input style="width: 20px;" type="text"/> Fossa rudimentar (sem tampa)		<input style="width: 20px;" type="text"/> Cursos d'água		<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____		ESGOTO	<input style="width: 20px;" type="text"/>				
<input style="width: 20px;" type="text"/> Rede geral																
<input style="width: 20px;" type="text"/> Fossa com tampa																
<input style="width: 20px;" type="text"/> Fossa rudimentar (sem tampa)																
<input style="width: 20px;" type="text"/> Cursos d'água																
<input style="width: 20px;" type="text"/> Outro: _____																

FORMULÁRIO 2

REGISTRO DO DOMICÍLIO

Pág. 2

10	DESTINO DO LIXO:				LIXO	
	<input type="checkbox"/> 1 Coletado	<input type="checkbox"/> 3 Queimado	<input type="checkbox"/> 5 Outro: _____			
	<input type="checkbox"/> 2 Enterrado	<input type="checkbox"/> 4 Terreno baldio				
11	CÔMODOS: Total	<input type="text"/>	Servindo de dormitório	<input type="text"/>	CMDTOTAL	<input type="text"/>
					CMDORME	<input type="text"/>
12	BANHEIRO:				BANHEIRO	<input type="text"/>
	<input type="checkbox"/> 1 Sim	SE SIM:		<input type="checkbox"/> 1 Interno	BANHTIPO	<input type="text"/>
	<input type="checkbox"/> 2 Não			<input type="checkbox"/> 2 Externo		
13	ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	LUZ	<input type="text"/>	
14	RÁDIO/SOM	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	RADIO	<input type="text"/>	
15	TELEVISÃO – CORES	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	TVCOR	<input type="text"/>	
16	TELEVISÃO - PRETO E BRANCO	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	TVPB	<input type="text"/>	
17	GELADEIRA / FREEZER	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	GELAD/FR	<input type="text"/>	
18	FOGÃO À GÁS	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	FOGAO	<input type="text"/>	
19	LIQUIDIFICADOR	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	LIQUID	<input type="text"/>	
20	FERRO ELÉTRICO	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	FERRO	<input type="text"/>	
21	VENTILADOR	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	VENTILADOR	<input type="text"/>	
22	BICICLETA	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	BICICLETA	<input type="text"/>	
23	MOTO	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	MOTO	<input type="text"/>	
24	ANTENA PARABÓLICA	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	ANTENA	<input type="text"/>	
26	TELEFONE CELULAR	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	TELCEL	<input type="text"/>	
27	TELEFONE FIXO	<input type="checkbox"/> 1 Tem	<input type="checkbox"/> 2 Não tem	TELFIXO	<input type="text"/>	

**FORMULÁRIO 6
RENDA FAMILIAR MENSAL E DESPESAS**

Pág. 1

Nome (da mulher ou do chefe): _____	Respondido por (entrevistado): _____	QST	<input type="text"/>																														
1 Qual a profissão do chefe da casa? _____		PROFCHEF	<input type="text"/>																														
2 Pessoas moradoras no domicílio que trabalharam no último mês :																																	
<table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width:5%;">N^o</th> <th style="width:30%;">Nome</th> <th style="width:25%;">Tipo trabalho</th> <th style="width:15%;">Rendimento</th> <th style="width:25%;">Frequência de recebimento</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>	N ^o	Nome	Tipo trabalho	Rendimento	Frequência de recebimento																												
N ^o	Nome	Tipo trabalho	Rendimento	Frequência de recebimento																													
0 Nenhuma		PESSOAS	<input type="text"/>																														
2.1. Soma dos rendimentos: (mensal) R\$ _____ 9999 = quando não referir rendimentos		ΣREN	<input type="text"/>																														
2.2. Somatório dos rendimentos se refere à:		CODREN	<input type="text"/>																														
<input type="text" value="0"/> Não tem renda <input type="text" value="1"/> Renda Total <input type="text" value="2"/> Renda Parcial <input type="text" value="3"/> Ignorado																																	
3 Pessoas moradoras no domicílio que receberam aposentadoria, pensão / benefício no último mês :																																	
<table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width:5%;">N^o</th> <th style="width:35%;">Nome</th> <th style="width:15%;">1. Aposentadoria</th> <th style="width:15%;">2. Pensão</th> <th style="width:20%;">3. Benefício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>	N ^o	Nome	1. Aposentadoria	2. Pensão	3. Benefício																	APB	<input type="text"/>										
N ^o	Nome	1. Aposentadoria	2. Pensão	3. Benefício																													
0 Nenhuma <input type="text" value="9"/> Não sabe Total mensal R\$ _____		ΣAPB	<input type="text"/>																														
4 Parentes não moradores no domicílio que contribuíram para a renda no último mês :																																	
<table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width:15%;">Grau de parentesco</th> <th style="width:25%;">Local de residência</th> <th style="width:15%;">Valor da contribuição</th> <th colspan="2" style="width:45%;">Esta contribuição é:</th> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <th style="width:10%;">Mensal (1)</th> <th style="width:10%;">Esporádica (2)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>	Grau de parentesco	Local de residência	Valor da contribuição	Esta contribuição é:					Mensal (1)	Esporádica (2)																	CONTM CONTE	<input type="text"/>					
Grau de parentesco	Local de residência	Valor da contribuição	Esta contribuição é:																														
			Mensal (1)	Esporádica (2)																													
0 Nenhuma <input type="text" value="9"/> Não sabe Total mensal R\$ _____		ΣCON	<input type="text"/>																														
5 No último mês pediu emprestado a alguém de fora para completar as despesas da casa?		PEDIUEMPR	<input type="text"/>																														
<input type="text" value="1"/> Sim <input type="text" value="2"/> Não <input type="text" value="3"/> Não sabe																																	
6 Se SIM , quanto: R\$: _____ (sem os centavos) 0000 – Não pediu 9999 – Não sabe		QTO	<input type="text"/>																														
7 Utiliza o dinheiro dos Programas de Governo abaixo relacionados, ou outro tipo de renda?:																																	
PBF <input type="text" value="1"/> Sim Quanto: R\$ _____ <input type="text" value="2"/> Não		PBF PBF\$	<input type="text"/>																														
PETI <input type="text" value="1"/> Sim Quanto: R\$ _____ <input type="text" value="2"/> Não		PETI PETIS	<input type="text"/>																														
Outro <input type="text" value="1"/> Sim Quanto: R\$ _____ <input type="text" value="2"/> Não		OUTPR OUTPRS	<input type="text"/>																														
Outro tipo de renda: <input type="text" value="1"/> Sim Quanto: R\$ _____ <input type="text" value="2"/> Não		OUTREN OUTRENS	<input type="text"/>																														

ANEXO 2

FORMULÁRIO 8 REGISTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - PBF				pag. 1						
Nome (da mulher ou do chefe): _____		Respondido por (entrevistado): _____				QST						
1	A família está inscrita no Programa Bolsa Família?					INSCPBF						
	1	Si	2	Não	(Se NÃO, passar para a Questão 13; ASSINALAR 8 até Q 12)							
2	Como se deu essa inscrição?					COMOINSC						
	0	Ainda não recebeu			7					Não teve indicação		
	1	Por indicação de alguém			8					Não está inscrita		
	2	Por interesse próprio			9					Não sabe		
	3	Outro: _____										
3	Se foi indicada por alguém, quem indicou?					INDQUEM						
	0	Ainda não recebeu			5					Igreja		
	1	Prefeitura			6					Outro: _____		
	2	Agente Comunitário			7					Não teve indicação		
	3	Vereador			8					Não está inscrita		
	4	Escola ou professora			9					Não sabe		
4	Há quanto tempo é beneficiada com esse Programa?					TEMPPBF						
	0	Ainda não recebeu			4					> de 6 meses		
	1	1 a 2 meses			8					Não está inscrita		
	2	3 a 4 meses			9					Não sabe		
	3	5 a 6 meses										
5	PARA INSCRIÇÃO / MANUTENÇÃO NO PROGRAMA, O QUE EXIGIRAM / EXIGEM DA SUA FAMÍLIA					EXICRI						
	(Considerar até 2 respostas, assinalando os códigos correspondentes às mesmas):											
	5.1. Com relação às crianças:											
	0	Ainda não recebeu			5					Freqüentar a escola		
	1	Vacinação			6					Nada		
	2	Pesagem			7					Outro: _____		
	3	Ir, sempre que marcado, ao Posto de Saúde			8					Não está inscrita		
	4	Não trabalhar			9					Não sabe		
	5.2. Com relação às mães:											
	0	Ainda não recebeu			5					Outro: _____		
	1	Fazer consulta pré-natal, quando gestante										
	2	Amamentar a criança menor de 1 ano										
	3	Votar na última eleição num candidato indicado			8	Não está inscrita						

<input type="text" value="4"/>	Nada	<input type="text" value="9"/>	Não sabe	EXIMAE	<input type="text"/>
Nome (da mulher ou do chefe):		Respondido por (entrevistado):		F-8	pág.2
Questionário: _____					
<input type="text" value="6"/>	O que fez do dinheiro recebido no último mês ?				
<input type="text" value="0"/>	Ainda não recebeu	<input type="text" value="5"/>	Comprou roupas		
<input type="text" value="1"/>	Comprou alimentos	<input type="text" value="6"/>	Outro: _____		
<input type="text" value="2"/>	Pagou aluguel	<input type="text" value="8"/>	Não está inscrita		
<input type="text" value="3"/>	Pagou dívidas	<input type="text" value="9"/>	Não sabe	DINHMES	<input type="text"/>
<input type="text" value="4"/>	Comprou remédios				

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PBF

Nome (da mulher ou do chefe):		Respondido por (entrevistado):		QUESTIONÁRIO:	F-8	pág.2	
Questionário: _____							
<input type="text" value="7"/>	No último mês , quem se beneficiou do dinheiro recebido pelo Programa?						
<input type="text" value="0"/>	Ainda não recebeu	<input type="text" value="5"/>	Mulheres que amamentam				
<input type="text" value="1"/>	Toda a família	<input type="text" value="6"/>	Apenas o chefe da família				
<input type="text" value="2"/>	Crianças	<input type="text" value="8"/>	Não está inscrita				
<input type="text" value="3"/>	Gestantes	<input type="text" value="9"/>	Não sabe	BENEF	<input type="text"/>		
<input type="text" value="4"/>	Idosos						
<input type="text" value="8"/>	Tem dificuldade para receber o dinheiro do Programa?						
<input type="text" value="0"/>	Ainda não recebeu	<input type="text" value="2"/>	Não	<input type="text" value="8"/>	Não está inscrita	DIFIC	
<input type="text" value="1"/>	Sim	<input type="text" value="3"/>	Às vezes				
<input type="text" value="9"/>	SE SIM , qual a maior dificuldade: _____						
<input type="text" value="0"/>	Ainda não recebeu	<input type="text" value="1"/>	Não tem dificuldade	<input type="text" value="8"/>	Não está inscrita	DIFICQ	
<input type="text" value="10"/>	Da última vez , qual foi o valor ou a quantidade recebida?				R\$ _____		
<input type="text" value="00"/>	Ainda não recebeu	<input type="text" value="88"/>	Não está inscrita			R\$ PBF	
<input type="text" value="11"/>	Sua vida melhorou depois de estar recebendo o PBF?						
<input type="text" value="0"/>	Ainda não recebeu	<input type="text" value="1"/>	Sim	<input type="text" value="2"/>	Não	<input type="text" value="8"/>	
<input type="text" value="8"/>	Não está inscrita					MELHOR	
<input type="text" value="12"/>	Por quê? _____						
<input type="text" value="0"/>	Ainda não recebeu	<input type="text" value="8"/>	Não está inscrita			MELHORQ	

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI (7 a 14 anos)

<input type="text" value="13"/>	A Senhora tem alguém na casa entre 7 e 14 anos ?		<input type="text" value="1"/>	Sim	<input type="text" value="2"/>	Não	ESCOLAR	<input type="text"/>
Se a resposta for NÃO , passar para a Questão 16 e assinalar 0 (zero) até 15								
13.1. Se SIM , esta pessoa está trabalhando?		<input type="text" value="1"/>	Sim	<input type="text" value="2"/>	Não		PESSTRAB	<input type="text"/>
13.2. Se está trabalhando , em quê?								
<input type="text" value="1"/>	Na roça	<input type="text" value="4"/>	Com animais					
<input type="text" value="2"/>	No corte de cana	<input type="text" value="5"/>	Empregado(a) doméstico(a)					
<input type="text" value="3"/>	Carregando água	<input type="text" value="6"/>	Outro _____				PESSTRABQ	<input type="text"/>
		<input type="text" value="8"/>	NSA (Não trabalha)					

13.3 Se NÃO , estuda?			
<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 3 Não trabalha nem estuda	<input type="checkbox"/> 8 NSA (Trabalha)
14	A Senhora recebe algum dinheiro para a criança não trabalhar?		FIESTUDA
<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 8 NSA (Trabalha)	RECBDINH
15	O que a Senhora acha do Programa que oferece dinheiro para as crianças trocarem o trabalho pela escola?		OPINIAO
<input type="checkbox"/> 1 Bom	<input type="checkbox"/> 2 Ruim	<input type="checkbox"/> 3 Não conhece	<input type="checkbox"/> 4 Outra opinião: _____

PROGRAMA DA MERENDA ESCOLAR - PME

F-8 pag. 3

Nome (da mulher ou do chefe): _____		Respondido por (entrevistado): _____	QUESTIONÁRIO: _____
16	Quantas crianças em idade escolar ? _____ (7 anos e mais)		CRIE SC
Se a resposta for 0 (zero), passar para a Questão 26; assinalar 8 até Q25.			
17	Ela(s) está(ão) na escola?		QUANTAS
<input type="checkbox"/> 1 Sim, quantas? _____	<input type="checkbox"/> 2 Não, quantas? _____		QUANTAS
18	A(s) escola(s) que a(s) criança(s) frequenta(m) oferece(m) Merenda?		MERENDA
<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não		
(Se SIM, continuar o formulário até Q 25. Se for NÃO, passar para Q 26 e assinalar 0 (zero) até Q 25)			
19	SE SIM, quantas crianças recebem merenda na Escola?		QTCRI
<input type="checkbox"/> 1 Uma	<input type="checkbox"/> 2 Duas	<input type="checkbox"/> 3 Três	<input type="checkbox"/> 4 Quatro e mais
20	A merenda é oferecida diariamente?		MERENDIA
<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 3 Às vezes	
21	Se a resposta for “ÀS VEZES”, complete:		QTVEZES
<input type="checkbox"/> 1 Uma vez / semana	<input type="checkbox"/> 2 Duas vezes / semana	<input type="checkbox"/> 3 Três vezes / semana	<input type="checkbox"/> 4 A merenda é oferecida diariamente
<input type="checkbox"/> 8 NSA			
22	As crianças gostam da merenda?		CRIGOST
<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não		
23	SE NÃO, de que não gostam? _____		NAOGOSTA
9 = Gostam da merenda			
24	O responsável pela(s) criança(s) já participou de alguma atividade na Escola sobre a merenda escolar?		ATIVME
<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não		
25	SE NÃO, Por quê? _____		PQN

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR - PAT

26	Algum membro da família que trabalha/trabalhou no último mês , recebe (u) alguma refeição no local de trabalho?		REFTRAB
<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 8 NSA (Não trabalhou no último mês)	
27	Paga (ou) por essa refeição?		REFPG
<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 0 Não recebeu refeição		
<input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 8 NSA (Não trabalhou no último mês)	<input type="checkbox"/> 9 Trabalho esporádico	

ANEXO 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome da Pesquisa: EFETIVIDADE DOS PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) E PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PAE) EM MICRO-ÁREAS DE RICO DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRA - PERNAMBUCO

Pesquisador responsável: Prof. Pedro Israel Cabral de Lira

Eu, _____, declaro para os devidos fins que depois de devidamente informado (a) da finalidade da pesquisa fui convidado (a) a participar do estudo respondendo a entrevista gravada, e permitindo o registro de alguns ambientes da escola através de fotografias, podendo recusar-me a colaborar, a qualquer momento, sem receber ou pagar qualquer valor por participar, ciente de que ao fazê-lo não haverá danos ou riscos à minha integridade física e moral, sendo-me garantido o anonimato e a confidencialidade das informações.

Gameleira, ____ de _____ de 2006

Nome do entrevistado

Assinatura

Nome da testemunha

Assinatura

Nome da testemunha

Assinatura

ANEXO 4

FORMULÁRIO DE SONDAÇÃO SOBRE DIFICULDADES, AVANÇOS E PRIORIDADES DO PAE

NOME: _____ DATA: _____

NOME DA ESCOLA: _____

LOCALIZAÇÃO: URBANO RURAL

Nº DE PROF.: _____ Nº DE MERENDEIRAS: _____ Nº DE ALUNOS: _____

PRINCIPAIS DIFICULDADES	AVANÇOS	PRIORIDADES

NOME:

NOME DA ESCOLA: _____

LOCALIZAÇÃO: URBANO RURAL

Nº DE PROF.: _____ Nº DE MERENDEIRAS: _____ Nº DE ALUNOS: _____

PRINCIPAIS DIFICULDADES	AVANÇOS	PRIORIDADES

ANEXO 5

QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO PARA TRAÇAR O PERFIL DAS CONDIÇÕES RELACIONADAS AO PAE NAS ESCOLAS (Secretária de Educação, Cultura e Esportes)

Entrevistado (a): _____

Data da entrevista: _____

1. No município existe Conselho de Alimentação Escolar?
2. O Conselho tem exercido alguma função no que diz respeito á qualidade dos alimentos oferecidos?
3. Existe uma fiscalização efetiva sobre os recursos destinados a alimentação escolar?
4. Na sua opinião, quais as dificuldades mais freqüentes na execução do Programa?

ANEXO 6

QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM PARA TRAÇAR O PERFIL DAS CONDIÇÕES RELACIONADAS AO PAE NAS ESCOLAS (Diretores das escolas)

Nº do questionário: _____

Entrevistador: _____

Data: _____

1 – Nome da Escola:

2 – Endereço:

3 – Entrevistado:

4 – N^o de Alunos: _____ N^o de refeições servidas/dia: _____

5 – N^o de professores: _____

6 – N^o de merendeiras: _____

7 – No momento da matrícula é perguntado aos pais sobre os hábitos alimentares da criança?

(1) Sim (2) Não

8– Há preocupação com as crianças que apresentam necessidades nutricionais diferenciadas?

(1) Sim (2) Não

9 – A educação alimentar está incluída entre as atividades educativas, lúdicas e cotidianas?

(1) Sim (2) Não

10 – Há alguém encarregado de acompanhar as crianças enquanto elas se alimentam?

(1) Sim (2) Não

11 – Há reuniões com a família sobre quais os alimentos mais indicados para a melhor formação da criança?

(1) Sim (2) Não

12– Os alimentos são fornecidos por: Grandes empresas Produtores locais

13 – A merenda é fornecida: (1) Diariamente (2) 1 vez por semana

(3) 2 vezes por semana (4) 3 vezes por semana (5) Esporadicamente

14 – A escola tem horta ? (1) Sim (2) Não

15 – Existe alguma atenção à saúde dos alunos nas escolas? (1) Sim (2) Não

Qual: _____

16 – Na escola é realizada alguma atividade relacionada com a nutrição das crianças?

(1) Sim (2) Não

Qual ? _____

17 – Existe algum tipo de supervisão, seguimento, vigilância e/ou avaliação da merenda escolar? (1) Sim (2) Não

Qual / Como funciona?? _____

18 – Pais e comunidade participam de alguma forma? (1) Sim (2) Não

Como? _____

19 – Existe alguma cantina ou venda de alimentos? (1) Sim (2) Não

20 – Quais as dificuldades mais freqüentes encontradas com relação à execução do Programa de Alimentação Escolar?

ANEXO 7

**QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO PARA TRAÇAR O PERFIL DAS CONDIÇÕES
RELACIONADAS AO PAE NAS ESCOLAS
(Merendeiras)**

Nº do questionário: _____

Entrevistador: _____

Data: _____

1 – Nome da Escola:

2 – Endereço: _____

3 – Nome: _____

4 - Idade: _____ 5 - Sexo: (F) ou (M)

6 – Nível de Instrução: 1º grau incompleto () 1º grau completo ()
2º grau icompleto () 2º grau completo ()

7 – Quanto tempo trabalha no serviço? meses/anos

8 – Você recebe hora extra? () Sim () Não

9 – Exerce outra atividade fora daqui? () Sim () Não

10 – Sua necessidade de ser merendeira foi por: () opção () necessidade de trabalhar

11 – Qual o seu vínculo nesse emprego? () Efetivo () Contratado () Prefeitura
Outro ()

12 – Você gosta de ser merendeira?

() Sim. Por que? _____

() Não. Por que? _____

13 – Você se considera uma pessoa com Saúde? () Sim () Não

14 – Se não. Qual a doença que você tem? _____

15 – Você faz exames médicos anualmente? () Sim () Não

16 – Qual foi a última vez que você fez algum exame médico e porque motivo?

17 – Recebeu alguma vez curso ou treinamento sobre:

- Nutrição e Higiene dos Alimentos () Sim () Não
- Elaboração de Cardápios: () Sim () Não
- Aproveitamento de Alimentos: () Sim () Não
- Gostaria de receber (outro): () Sim () Não

18– As crianças: () Gostam da comida () Costumam deixar restos nos pratos

19 - Na sua opinião quais os alimentos oferecidos na merenda que os alunos mais gostam e quais os que menos gostam?

Mais: _____

Menos: _____

20 – Quais os alimentos que mais faltam na escola?

21 – Recebem roupas apropriadas para trabalhar?

() Sim () Não

22 – Responda se possui os seguintes vestuários:

() Touca () Avental () Luva

() Máscara () Sapato antiderrapante () Não possui nenhum

23 – Alguma vez já trabalhou com ferimentos nas mãos, unhas ou dedos:

() Sim () Não

24 – Na sua opinião quais as maiores dificuldades para a realização do trabalho?

ANEXO 8

ASPECTOS FÍSICOS DA ÁREA DESTINADA AO PEPARO E DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA

Nº do questionário: _____
Entrevistador: _____
Data: _____

1 – Nome da Escola:

2 – Endereço:

Condições da cozinha

1. Abastecimento de água: (1) rede geral (2) chafariz (3) poço (4) outro

2. Tratamento da água de beber: (1) fervida (2) mineral (3) filtrada
(4) coada (5) sem tratamento

3. Iluminação: (1) elétrica (2) natural

4. Circulação de ar: (1) boa (2) regular (3) ruim

5. Cobertura: (1) telha de barro (2) laje de concreto (3) outro

6. Paredes: (1) com azulejo (2) pintura () outra

7. Referir as condições da cozinha e despensa no relacionado à limpeza, presença de roedores, insetos, mofo, umidade, avaria, etc.

8. Referir sobre a existência ou não de material de limpeza, de higiene e para cuidados pessoais. Referir qualquer outra impressão.

Equipamentos e utensílios

9- Utensílios:

Panelas, caldeirões e conchas: () Sim () Não

Fogão e Forno: () Sim () Não

Refrigerador: () Sim () Não

Freezer: () Sim () Não

Liquidificador () Sim () Não

Batedeira () Sim () Não

Pratos, talheres, copos () Sim () Não

Obs: _____

10 - Com relação à despensa: (1) Não existe (2) Alimentos armazenados em prateleiras na cozinha ou lugar adaptado. (3) Despensa organizada

11 - Refeitório: (1) Não existe (2) Lugar adaptado (3) com refeitório

12 – No local de distribuição as crianças comem: (1) Em pé (2) Sentadas

13 – O teto da escola tem forro? (1) Sim (2) Não

14 – Presença de pássaros ou morcegos no teto? (1) Sim (2) Não

ANEXO 9

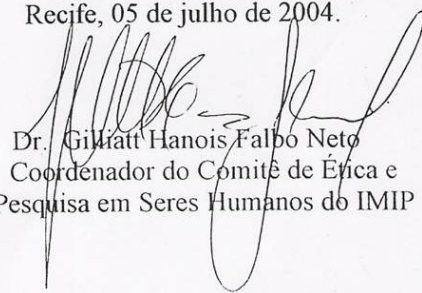


INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA EM SERES HUMANOS

DECLARAÇÃO

Declaro que o projeto de pesquisa de **Pedro Israel Cabral de Lima, Nº 386**, intitulado: **“Avaliação da situação alimentar e nutricional e fatores determinantes em conglomerados urbanos e rurais da Zona da Mata do Estado de Pernambuco”**, foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos do Instituto Materno Infantil de Pernambuco, em sua reunião em 05 de julho de 2004.

Recife, 05 de julho de 2004.


Dr. Gilvatt Hanois Falbo Neto
Coordenador do Comitê de Ética e
Pesquisa em Seres Humanos do IMIP

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)